

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM SÃO LUIZ GONZAGA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: LICENCIATURA**

SINARA CRISTIANE DA SILVA URACH

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO LUIZ
GONZAGA – RIO GRANDE DO SUL**

SÃO LUIZ GONZAGA

2023

SINARA CRISTIANE DA SILVA URACH

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO LUIZ
GONZAGA – RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de obtenção do título de licenciada em Pedagogia - Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs, Unidade São Luiz Gonzaga.

Orientador (a): Dra. Rita Cristine Basso Soares Severo.

SÃO LUIZ GONZAGA

2023

Catlogação de Publicação na Fonte

U872e Urach, Sinara Cristiane da Silva.

A educação de jovens e adultos no sistema prisional de São Luiz Gonzaga – Rio Grande do Sul. / Sinara Cristiane da Silva Urach. – São Luiz Gonzaga, 2023.

89 f. il.

Orientadora: Profª Drª Rita Cristine Basso Soares Severo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Licenciatura em pedagogia, Unidade em São Luiz Gonzaga, 2023.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2 Sistema Prisional. 3. Estudantes. I. Severo, Rita Cristine Basso Soares. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Nídila Alonso Guimarães. CRB 10/ 1903

SINARA CRISTIANE DA SILVA URACH

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL DE SÃO LUIZ
GONZAGA – RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de obtenção do título de licenciada em Pedagogia - Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs, Unidade São Luiz Gonzaga.

Orientador (a): Dr.^a Rita Cristine Basso Soares Severo.

Aprovado em: 08 / 07 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita Cristine Basso Soares Severo
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof.^a Ma. e Doutoranda Percila Silveira de Almeida
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof.^a Andreia Stragliotto
Especialista em Educação de Jovens e Adultos em espaços de privação de liberdade.
Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens” (FREIRE,1987,p.50).

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos aos sujeitos que estão privados de liberdade não é benefício, mas sim ela é direito humano previsto na legislação brasileira e faz parte da proposta de política pública de execução penal que tem como intuito possibilitar a reinserção. Desta forma, o trabalho de conclusão de curso apresenta como tema “A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional de São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul” tendo como problema de pesquisa “Como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional pode contribuir na realidade dos (as) estudantes privados de liberdade no município de São Luiz Gonzaga?”. Este estudo possui como objetivo geral compreender como a educação no sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga pode contribuir na realidade dos (as) estudantes que estão privados de liberdade. E como objetivos específicos, traçar paralelo histórico referente a evolução da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e sobre as legislações educacionais que fundamentam essa modalidade no sistema prisional, construir conhecimento acerca da organização da escola no sistema prisional de Educação de Jovens e Adultos no município de São Luiz Gonzaga e realizar análise das contribuições escritas que os (as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos que estão no sistema prisional tem a respeito da educação. A temática demonstra sua relevância pois apresentará as perspectivas no que tange a importância que a educação têm para os (as) estudantes que estão inseridos na escola no sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga. A pesquisa está fundamentada na visão qualitativa onde a coleta de dados foi realizada pelo uso de questionário físico com perguntas abertas que servirão como base principal para as análises e reflexões realizadas. Os sujeitos da pesquisa são os (as) estudantes do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco, no Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga. Os(as) estudantes participantes da pesquisa demonstraram que a escola dentro do sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga contribui de forma positiva possibilitando a conclusão dos estudos e proporcionando meios para uma futura qualificação profissional.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos; Sistema Prisional; Estudantes.

RESUMEN

La Educación de Jóvenes y Adultos para sujetos privados de libertad no es un beneficio, pero es un derecho humano previsto en la legislación brasileña y forma parte de la propuesta de política pública de ejecución penal que tiene como objetivo viabilizar la reinserción social. De esta manera, el trabajo de conclusión del curso presenta como tema "La Educación de Jóvenes y Adultos en el Sistema Penitenciario de São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul" y teniendo como problema de investigación ¿"Cómo la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el sistema penitenciario puede contribuir a la realidad de los estudiantes privados de libertad en el municipio de São Luiz Gonzaga? Este estudio tiene como objetivo general comprender cómo la educación en el sistema penitenciario del municipio de São Luiz Gonzaga puede contribuir a la realidad de los estudiantes privados de libertad. Y como objetivos específicos trazar un paralelo histórico sobre la evolución de la Educación de Jóvenes y Adultos en Brasil y sobre la legislación educativa que sustenta esta modalidad en el sistema penitenciario, construir conocimiento sobre la organización de la escuela en el sistema penitenciario de Educación de Jóvenes y Adultos en el municipio de São Luiz Gonzaga y realizar un análisis de los aportes escritos que los estudiantes de Educación de Jóvenes y Adultos que se encuentran en el sistema penitenciario tienen respecto a la educación. La investigación se basa en una visión cualitativa donde la reunión de datos se realizó mediante un cuestionario físico con preguntas abiertas que servirán como base principal para los análisis y reflexiones realizadas. Los sujetos de la investigación son los estudiantes del Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Jorge Vicente Pacheco, en la Prisión Estadual de São Luiz Gonzaga. Los estudiantes participantes de la investigación demostraron que la escuela en el sistema penitenciario del municipio de São Luiz Gonzaga contribuye de manera positiva posibilitando la finalización de los estudios y proporcionando medios para una futura cualificación profesional.

Palabras claves: Educación de Jóvenes y Adultos. Escuela. Sistema Penitenciario.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

CNE - Conselho Nacional de Educação

EDUCAR - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos

EJA- Educação de Jovens e Adultos

ENEM PPL - Exame Nacional do Ensino Médio para detentos do sistema prisional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEP - Lei de Execução Penal

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

NEEJA - Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos

PEESP - Plano Estratégico de Educação do Sistema Prisional

PNE - Plano Nacional de Educação

PSLG - Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL.....	13
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	18
2.2 A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE.....	24
2.3 EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO.....	27
2.4 EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR.....	30
2.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL.....	32
2.6 NEEJA PROMOTOR JORGE VICENTE PACHECO.....	41
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	44
4 POSSIBILIDADES ANALÍTICAS.....	47
4.1 COM A EDUCAÇÃO TODOS SOMOS BEM MAIS APTOS A TUDO.....	48
4.2 COM A EDUCAÇÃO TEREMOS UM FUTURO BEM MELHOR	63
5 CONSIDERAÇÕES.....	74
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICES.....	83
APÊNDICE A.....	83
APÊNDICE B.....	84
APÊNDICE C.....	86
APÊNDICE D.....	87

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso cuja temática apresenta-se “A Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional de São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul” com delimitação do tema baseado nos (as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional do município de São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul visa apresentar a importância que a Educação de Jovens e Adultos e a escola tem para os(as) estudantes do sistema prisional no Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga.

O interesse do tema da pesquisa surgiu a partir dos estudos realizados nos componentes curriculares Educação de Jovens e Adultos e Alfabetização de Jovens e Adultos do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul no município de São Luiz Gonzaga.

Por meio dos estudos e trabalhos acadêmicos realizados surgiu o interesse em pesquisar se a educação contribui ou não contribui na realidade dos (as) estudantes que estão em situação de privação de liberdade no Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga.

Dentre os esforços que foram realizados por educadores preocupados com a Educação de Jovens e Adultos, o educador Paulo Reglus Neves Freire (1987) destaca-se como referência nesta modalidade, pois ele apresentou uma forma distinta de pensar a educação popular e para as minorias, dando visibilidade aos mesmos que estavam esquecidos pela nossa sociedade, oportunizando um processo de ensino e de aprendizagem crítico e reflexivo por meio das ações dialógicas, da inserção no ensino das realidades e do contexto em que o educando está inserido (a).

Sendo assim, contemplar e respeitar a trajetória de vida dos (as) estudantes da EJA e seu processo de ensino e aprendizagem permite aliar a teoria à prática, trazendo os processos teóricos para a realidade desses sujeitos, substituindo a concepção bancária, onde o conhecimento é depositado no aluno sem interação e reflexão do que é ensinado.

É necessário portanto direcionar o sujeito para ser protagonista do processo de construção de conhecimento e de saberes valorizando seus saberes e proporcionando momentos de trocas de vivências que possibilitem a esses indivíduos se posicionarem sobre o que pensam e acreditam, refletindo sobre maneiras de melhorar a sua própria realidade.

A pesquisa fundamenta-se a partir da relevância que a educação possui na realidade dos (as) estudantes que estão inseridos na Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, no município de São Luiz Gonzaga. A pergunta que gerou a intenção em pesquisar sobre essa

temática foi como a educação ofertada no sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga pode contribuir na realidade dos (as) estudantes que estão privados de liberdade ?

A pesquisa apresenta como objetivo geral compreender como a educação ofertada no sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga pode contribuir na realidade dos (as) estudantes que estão privados de liberdade.

E como objetivos específicos traçar paralelo histórico referente a evolução da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e sobre as legislações educacionais que fundamentam essa modalidade no sistema prisional, construir conhecimento acerca da organização da escola no sistema prisional de Educação de Jovens e Adultos no município de São Luiz Gonzaga e realizar análise das contribuições escritas que os (as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos que estão no sistema prisional tem a respeito da educação.

Todo ser humano é sujeito constituído de direitos, ou seja, é portador de direitos pelo princípio da igualdade, portanto, a educação necessita atentar em seus movimentos para que todos tenham acesso às oportunidades de desenvolvimento e para que os direitos fundamentais do ser humano sejam assegurados em todos os espaços.

Nesta perspectiva, apresento o presente trabalho de conclusão de curso bem como o estudo realizado mediante a justificativa embasada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promover incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL,1988, p.123).

A pesquisa se justifica a partir da relevância que a temática acerca da educação no sistema prisional tem para a comunidade acadêmica, para a sociedade, para o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco.

A Educação de Jovens e Adultos aos sujeitos que estão em situação de privação de liberdade para o estudioso Elionaldo Fernandes Julião (2016) não é benefício, mas sim ela é direito humano previsto na legislação brasileira.

Como também faz parte da proposta de política pública de execução penal que tem como objetivo possibilitar a reinserção social do apenado por meio de várias práticas, assim garantindo a cidadania conforma apresentado na Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210, de 11/7/84) conforme o artigo 17 “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” (BRASIL,2008, p.23).

Esse estudo demonstra sua relevância para a comunidade acadêmica, para a sociedade, para o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge

Vicente Pacheco pois apresentará o posicionamento sobre a importância ou não que a educação têm para os estudantes que estão inseridos na escola no sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga.

Como hipóteses da pesquisa acredita-se que a educação pode contribuir na realidade dos(as) estudantes que estão inseridos na modalidade da EJA no sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga, ou que a educação não pode contribuir na realidade dos(as) estudantes que estão inseridos na modalidade da EJA no sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga.

O trabalho de conclusão de curso está organizado em cinco capítulos dentre eles: apresenta no primeiro capítulo a introdução, o segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica com divisões nas seções, o terceiro capítulo contextualiza sobre os percursos metodológicos do estudo, o quarto capítulo apresenta as possibilidades analíticas, o quinto capítulo as considerações finais bem como na sequência do trabalho as referências e os apêndices.

2 PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Apresento este excerto para destacar que esta temática de pesquisa escolhida não é algo totalmente novo e criado por mim, há outras pesquisadoras e pesquisadores que estudam esta temática onde cada estudo possui suas especificidades, neste aspecto, busco apresentar alguns estudos que me ajudaram a pensar e a (re)pensar minha problemática de pesquisa.

Realizei uma busca em meio eletrônico para saber o que esses (as) pesquisadores e pesquisadoras haviam pesquisado e publicado sobre o assunto da minha pesquisa e desses estudos, selecionei aqueles que mais se aproximaram de minha temática.

Esses estudos estão classificados entre dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos e ensaios acadêmicos que foram publicados entre os anos de 2020 e 2023, estudos estes de relevância que destaco a seguir.

O estudo publicado na Revista Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação realizado pelos autores Reinaldo Oliveira Menezes e Joana D’Arc Oris da Silva tem como objetivo refletir sobre a educação no sistema prisional contemporâneo, sendo destacados nessa reflexão os marcos legais e documentos que orientam o direito à educação nos espaços de privação de liberdade.

Para Menezes e Silva (2022,p.125):

Pensar a educação nesse contexto é destacar a importância da educação para o processo transformador do ser humano, ou seja, a educação tem a função de promover a reintegração social do sujeito em situação de privação de liberdade.

Foram utilizados neste estudo os seguintes documentos e marco legais: Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, que instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP). Também foram utilizados no estudos as reflexões teóricas dos seguintes estudiosos: Michel Foucault (2014), Elenice Maria Cammarosano Onofre (2016) e Camila Cardoso Menott (2016).

Promover o acesso à educação da pessoa que está privada de liberdade na concepção de Menezes e Silva (2022) “[...] é proporcionar não só a reintegração social via educação, como também promover o exercício da cidadania independente do fato julgado”.

Segundo Menezes e Silva (2022) os sujeitos que estão privados de liberdade em espaço prisional necessitam compreender que a educação em seu sentido de ferramenta de

transformação social tem a possibilidade de proporcionar avanços significativos e caminhos diferenciados para pensar na vida após o período de privação de liberdade, neste sentido:

[...] a pessoa privada de liberdade deve ser levada a reconhecer que a educação pode ser uma porta aberta que lhe proporcionará uma nova caminhada, dando-lhe novas perspectivas de vida após o período que esteve privado de liberdade. Salientamos que as normativas jurídicas que tratam da educação no sistema prisional foram e são um avanço na garantia e no reconhecimento desse direito para essas pessoas, isto é, a garantia e o reconhecimento desse direito são uma questão de direitos humanos no mundo contemporâneo (MENEZES; SILVA, 2022,p.131).

Em relação a educação no sistema prisional os autores apontam que existem muitos desafios enfrentados, como ,por exemplo, o não alinhamento político-pedagógico e organizacional entre os órgãos de segurança pública e as instituições educacionais dentro das penitenciárias (Projeto Político Pedagógico, currículo, gestão, etc.) e a falta de políticas públicas educacionais e sociais que possam garantir a manutenção e a melhoria da oferta da educação no espaços de privação de liberdade.

O trabalho de conclusão do Curso de graduação em Pedagogia - Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulado “Educação em contexto de privação de liberdade” e a formação docente: um debate necessário de autoria da pesquisadora Carine Fernandes Padilha (2022) apresenta como objetivo propiciar reflexões acerca da educação no sistema prisional bem como a função docente no espaço de privação de liberdade.

A pesquisadora realizou um levantamento bibliográfico em publicações de trabalhos acadêmicos e em documentos normativos que podem ser encontrados nas seguintes páginas eletrônicas: Scielo Brasil, Eccos Revista Científica, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

A pesquisa teve como principais aportes teóricos os estudos dos autores: Elenice Cammarosano Onofre (2016), Elionaldo Fernandes Julião (2016), Ana Claudia Ferreira Godinho (2020) , Marc De Maeyer (2006).

A educação conforme a visão teórica da pesquisadora Carine Fernandes Padilha (2022) proporciona os conhecimentos e as informações fundamentais para auxiliar os sujeitos que estão em privação de liberdade no conhecimento de seus direitos e deveres enquanto seres sociais.

Neste aspecto, a educação no sistema prisional apresenta como objetivo preparar e contribuir para que os sujeitos ampliem os diversos saberes e culturas de forma a utilizarem em seu benefício (PADILHA, 2022).

O ensaio publicado na revista científica Eccos ,no ano de 2020 tem como autores Ana Claudia Ferreira Godinho, Elionaldo Fernandes Julião e Elenice Cammarosano Onofre traz

como questão de reflexão sobre a possibilidade da educação, em contextos de privação de liberdade constituir-se como um processo dialógico, e como prática de liberdade. Tal reflexão está fundamentada sob à luz dos principais aspectos desenvolvidos por Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido*.

Para refletir e analisar sobre as possibilidades de uma educação dialógica dentro do espaço prisional os autores dialogaram com os seguintes estudiosos: Ervin Goffman (1974), Loic Wacquant (2011; 2009) e David Garland (1999).

Entre as reflexões realizadas e apresentadas nesse ensaio os autores Godinho, Julião e Onofre (2020,p.1) afirmam que “[...] a educação tem como objetivo resgatar a afirmação do ser humano como ator social , pois o cárcere não é uma instituição isolada do mundo; ela faz parte da sociedade”.

Em meio a tantos desafios que a educação no sistema prisional enfrenta, os autores enfatizam que é possível construir uma educação mais humanizada pautada no diálogo entre os atores sociais que estão privados de liberdade e que estão inseridos na escola. No entendimento de Godinho, Julião e Onofre (2020):

O diálogo implica o reconhecimento do Outro como protagonista de experiências e saberes, ambos marcados por sua posição de classe, raça, gênero e sexualidade. Os breves momentos de atividades educativas que acontecem nas prisões podem funcionar como pequenas janelas, que permitem olhar para fora e enxergar além da realidade imediata, de disciplina e privação de liberdade. Estas janelas não simbolizam a contemplação passiva daquilo que não é possível alcançar – a liberdade –, mas a possibilidade de distanciamento do mundo e de si mesmo, para repensar a própria vida e a das outras pessoas que coabitam a prisão a partir de outras possibilidades de leitura sobre a criminalidade, a violência, o encarceramento e os direitos humanos (GODINHO;JULIÃO;ONOFRE,2020,p.9).

Em síntese do estudo realizado a educação no ambiente prisional requer uma proposta político pedagógica que contemple a todos os sujeitos que assim desejarem buscar na educação e na escola no sistema prisional uma oportunidade de desenvolvimento de suas potencialidades apesar das circunstâncias difíceis que enfrentam no dia a dia ,pois, no ponto de vista de Godinho, Julião e Onofre (2020,p.17) “[...] a prisão não é uma instituição social isolada do mundo .Nesse sentido, como instituição social, a prisão é criação, responsabilidade de toda a sociedade e, portanto, a desumanização dos sujeitos dentro das prisões desumaniza cada uma de nós.”

O artigo científico “A importância da escola EJA nos presídios” de autoria da mestranda em Educação pela Universidade de Cuiabá - UNIC e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso - IFMT , Creuzinete Miranda Farias foi fundamentado

mediante o embasamento teórico dos autores Alice Silva Prado (2015), Paulo Freire (1987), Loic Wacquant (2001) e Augusto Thompson (2001).

A autora apresenta uma reflexão de como a educação pode contribuir para resgatar a autoestima do (a) detento(a), preparando-o (a) para o retorno ao convívio fora do sistema prisional auxiliando-o (a) em sua formação como cidadão(ã) capaz de pensar e de agir de forma mais autônoma, ativa e crítica (FARIAS,2021).

No desenvolvimento da pesquisa a autora recorreu à observação e a análise no que tange aos documentos que versam sobre a temática em questão. E no processo da pesquisa foram avaliadas as condições que o ensino é ofertado ao (a) estudante que está no sistema prisional e também identificou a relação existente entre falta de escolaridade e a reincidência criminal.

Mediante os resultados obtidos na pesquisa a autora destaca que existem muitos entraves e questões que comprometem um maior desenvolvimento da educação no sistema prisional. A autora também enfatiza que a educação é uma ferramenta indispensável para a superação das desigualdades, especialmente, aos sujeitos que estão no sistema prisional (FARIAS,2021).

Com este estudo foi possível perceber que existem muitas situações que interferem na construção e na oferta da educação no sistema prisional tais como a superlotação nas penitenciárias, a falta de políticas públicas sociais e educacionais que contemplem os direitos fundamentais dos (as) detentos (as) e a inexistência da educação e da escola em muitas instituições prisionais (FARIAS,2021).

Já o estudo “A Educação como instrumento emancipatório no sistema prisional” realizado pelos autores Danielle Pereira Gomes Kanaan, Roberto Martins de Souza e Lucas Barbosa Pelissari apresenta como objetivo compreender como acontece a educação que é ofertada no sistema prisional do estado do Paraná.

Como instrumento de emancipação dos (as) estudantes em situação de privação de liberdade a partir do conteúdo normativo do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do estado onde foi realizada a pesquisa.

O trabalho traz como metodologia a pesquisa bibliográfica, bem como a análise do documental do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do estado do Paraná na proposta da educação como fermenta de emancipação e de transformação dos (as) estudantes que estão no sistema prisional.

Para Kanaan, Souza e Pelissari (2020,p.1) “[...] o tema se mostra digno de estudo, uma vez que a Lei de Execução Penal, assegura ao preso a assistência educacional a fim de prevenir novos crimes e reconduzi-los ao convívio social (artigos 10 e 11) aptos a exercer a cidadania e a atividade profissional”.

Sobre o ensino ofertado no sistema prisional apontam Kanaan, Souza e Pelissari (2020,p.11) que “[...] o ensino deve pautar-se nos plenos saberes, teórico-científico e do trabalho, que capacite e desenvolva o senso crítico para que de fato possa atuar com autonomia e consciência na ordem social.”

Pelo estudo realizado concluiu-se que a educação ministrada no sistema prisional no estado do Paraná, no contexto dos textos normativos existentes nesse estado, ainda que embasadas em uma visão emancipatória, se mostra em seus contextos uma realidade com muitas circunstâncias que dificultam essa perspectiva de se realizar de forma mais concreta no espaço de privação de liberdade.

O artigo “A EJA como propósito ressocializador no sistema prisional” de autoria da acadêmica Alice Salete Potulski (2020) do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Centro - Oeste do Paraná (UNICENTRO) , campus avançado de Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná.

Esse artigo tem como objetivo compreender como a EJA atua de maneira a promover a ressocialização dos sujeitos que estão no sistema prisional, também busca identificar por meio de reflexões sobre a importância da educação no sistema prisional.

A pesquisa teve como procedimento metodológico a coleta de dados com o uso de questionário aberto, o qual foi enviado via e-mail para uma professora, uma pedagoga e um ex-detento de uma instituição educacional que oferta a EJA no sistema prisional, do Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos - CEEBJA Nova Visão do município de Guarapuava no Estado do Paraná.

O estudo foi fundamentado na linha teórica e de literatura específica a partir dos autores: Willian Lima Santos (2015), Elizangela Lelis Cunha (2010), Maria de Fátima Quintal de Freitas (2007), Elionaldo Fernandes Julião (2007, 2011, 2016) e Elenice Maria Cammarosano Onofre (2016).

A partir do entendimento da pesquisadora Alice Salete Potulski (2020) a educação no sistema prisional contribui significativamente na vida dos sujeitos que estão privados de liberdade, sendo assim a educação se torna uma possibilidade para se construir mudanças de forma positiva e significativa na vida dos sujeitos.

A educação no espaço prisional conforme o entendimento da pesquisadora Alice Salete Potulski (2020) pode contribuir na inclusão dos (das) detentos (as) na sociedade, pois pelo intermédio da educação e da escola no sistema prisional é possível atuar nos processos de preparo para ingressar no mercado de trabalho.

Como também é possível a construção de conhecimentos e de saberes necessários que visem o desenvolvimento desses atores sociais para que atuem diante os desafios, os estigmas e preconceitos vivenciados na sociedade.

Estes são os estudos que serviram para me ajudar a pensar e para construir possibilidades frente à minha temática e a problemática de pesquisa onde cada estudo contribuiu de alguma forma no processo de construção de minha pesquisa.

Destaco que meu estudo se soma a esses estudos já realizados com o diferencial por abordar a perspectiva que os (as) estudantes que estão inseridos na educação de jovens e adultos no sistema prisional apresentam a respeito da importância ou não que a educação tem para si mesmos como também as perspectivas de futuro após a saída do sistema prisional.

Tendo estes estudos citados utilizei também outras literaturas sobre a temática da minha pesquisa fundamentada nos seguintes autores: Elionaldo Fernandes Julião (2011), Elenice Maria Cammarosano Onofre (2015), Marc De Maeyer (2006), Paulo Reglus Neves Freire (1967), Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Patricia Severino Assumpção (2009).

Utilizo também como aporte teórico as legislações e normativas que embasam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional como também as legislações da educação brasileira e do estado do Rio Grande do Sul.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A formação escolar no país teve seus primeiros momentos em meados do século XVI, após o descobrimento do Brasil, com a chegada dos jesuítas onde a “Companhia Missionária de Jesus” tinha como objetivo ensinar os preceitos da religião católica, catequizando os povos originários que aqui habitavam. Nas reduções jesuíticas os padres jesuítas dedicavam seus esforços em ensinar as crianças até aos anciões a fé católica, instrução nas artes e na parte agrícola.

Com a vinda ao Brasil da família real de Portugal, sentiu-se a necessidade de ensinar apenas alguns poucos moradores de classe baixa para que se tornassem serviçais, para que pudessem atender as necessidades de seus senhores.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000, p.5) essa modalidade de educação é entendida como “categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas”.

A somatória de legislações que foram elaboradas em especial as mais atuais apresentam em seus textos como objetivos centrais da EJA, a função reparadora que atuará no sentido de recuperar o direito à educação que foi negado com novas oportunidades de conclusão dos estudos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos afirmam que (2000, p.6) “Esta função reparadora da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos”.

A função qualificadora visa proporcionar ações em prol de uma educação que seja permanente e que valorize o potencial (construção de conhecimento ao longo da vida) de cada sujeito que está inserido na Educação de Jovens e Adultos, pois assim destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000, p.11):

Na base da expressão potencial humano sempre esteve o poder se qualificar, se requalificar e descobrir novos campos de atuação como realização de si. Uma oportunidade pode ser a abertura para a emergência de um artista, de um intelectual ou da descoberta de uma vocação pessoal. A realização da pessoa não é um universo fechado e acabado. A função qualificadora, quando ativada, pode ser o caminho destas descobertas.

Já a função equalizadora corresponde a igualdade de oportunidades educacionais e os meios necessários (alocações de recursos, políticas sociais e educacionais) para que os sujeitos que não conseguiram concluir os estudos para que possam realizar com êxito.

Nesta lógica, a função equalizadora conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000, p.9) “[...] vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados.”

É importante ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi marcada por meio de lutas em prol da visibilidade que essa modalidade de ensino tanto merece e necessita. Situando o ano de 1930 a educação direcionada aos adultos não se destacava no cenário educacional onde os adultos não tinham oportunidade de estudar, pois o governo de Getúlio Vargas, tinha o foco da educação voltado somente para as crianças (HADDAD; DI PIERRO.2000).

Segundo Beleza e Nogueira (2020, p. 108) “O ensino passa a se tornar legalizado pela Lei Saraiva no ano de 1882, inserida após à Constituição Federal de 1891, que impossibilitava o voto ao analfabeto, registrando apenas os votos dos eleitores e candidatos que soubessem ler e escrever.

Mediante essa lei a população que queria ser alfabetizada para exercer o direito ao voto centrou-se na procura das poucas escolas noturnas que ofertavam o ensino para adultos.

De acordo com Cristiane Fernanda Xavier (2019):

[...] a Lei Saraiva (lei 3.029, de 09 de janeiro de 1881), que exigia do eleitor o saber ler e escrever, estimulou o ressurgimento de escolas noturnas para adultos, mas não o suficiente para provocar uma expansão significativa de serviços de educação desses (XAVIER,2019,p.3).

Entre os anos de 1960 a 1964 alguns movimentos em prol da educação popular começaram a se formar no cenário brasileiro onde as ideias do educador Paulo Reglus Neves Freire se destacaram no campo educacional e social.

Suas ideias se pautavam na proposta da construção do conhecimento que se posicione junto ao sujeito que está ativo para criações e elaborações sobre um mundo de possibilidades, ou seja, uma educação como um processo que envolva a cultura, a realidade e que exclua as “Lições que falam de Evas e uvas a homens que às vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram uvas. Eva viu a uva.” (FREIRE, 2013, p. 137).

Para o educador Paulo Reglus Neves Freire a educação e a cultura atuam na transformação das realidades onde os sujeitos se desenvolvem de forma ativa, crítica e reflexiva frente as ideias da sociedade que massificam e que moldam.

Sob o ângulo de Beleza e Nogueira (2020):

[...] todo conhecimento deve estar associado ao entendimento de uma situação real e concreta do aluno. O objetivo da educação para Freire é discutir com o indivíduo sobre sua realidade, com o propósito de instruí-lo, de superá-lo. Sua proposta de educação serve de recurso para a libertação do indivíduo visto que, tem como critério o diálogo, a existência da relação do docente-discente e da valorização dos conhecimentos prévios, pois através dele poderá construir novos conhecimentos (BELEZA;NOGUEIRA,2020,p.111).

No período entre 1964 até o ano de 1985 com o regime militar instaurado no Brasil os movimentos que se estruturavam e que discutiam maneiras de ampliar o acesso da educação destinada a população foi silenciada pelo motivo da repressão advinda do governo federal (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Para Cristiane Fernanda Xavier na visão histórica sobre a EJA (2019, p.6) “A partir de 1970, a educação de adultos passou a ser realizada numa perspectiva de suplência da educação formal na qual a maior expressão foi o MOBREAL”.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado no ano de 1967 e tinha como objetivo alfabetizar a população adulta, porém de forma funcional sem um caráter crítico

e problematizador em relação às demandas educacionais de aprendizagem que os (as) alunos (as) apresentavam.

O MOBRAL teve seu declínio por volta do ano de 1975 onde nesse período a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5692/1971) destinou em seu texto um capítulo para a educação de jovens e adultos na modalidade supletiva ofertando oportunidade de conclusão dos estudos (BRASIL,1971).

Com o início da Nova República no ano de 1985 o governo federal termina com a vigência do MOBRAL e cria a Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos) onde esta fundação ofertava o ensino do 1º grau de forma pública e gratuita o para jovens e adultos.

Nesse período os recursos destinados para a manutenção dessa oferta de ensino foi descentralizada da esfera federal e passou a ser de incumbência das esferas estadual e municipal ofertar e manter esse tipo de ensino (BELEZA;NOGUEIRA, 2020, p.113).

A Fundação EDUCAR foi extinta no ano de 1990 pois o governo de Fernando Collor de Mello não tinha interesse em prosseguir com essa fundação e também não queria desenvolver outros programas que ofertassem o ensino para jovens e adultos.

No ano de 1996 sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), a Educação de Jovens e Adultos é incluída na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Brasileira como modalidade de ensino a ser ofertada a todos que não tiveram a oportunidade de estudar ou tiveram que interromper os estudos por diversos motivos como também passa a ser considerada uma modalidade da educação básica como as etapas do ensino fundamental e médio (BRASIL,2019).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) no artigo 37 “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL,2019, p.30).

A Declaração de Hamburgo - Agenda para o futuro, aprovada na quinta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA V), na cidade de Hamburgo, na Alemanha no ano 1997 atribui à EJA o objetivo de desenvolver a autonomia e o sentido de responsabilidade dos atores sociais para enfrentarem as transformações pela qual passa o mundo contemporâneo:

Os objetivos da educação de jovens e adultos, vistos como um processo em longo prazo, desenvolvem a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo; promovem a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo, assim, que pessoas e comunidades controlem seus destinos e sua sociedade para encarar os desafios à sua frente. É essencial que as abordagens referentes à aprendizagem de adultos estejam baseadas no patrimônio das pessoas, na cultura, em valores e em suas experiências anteriores, e que as diversas formas pelas quais essas abordagens são implementadas permitam e encorajem todos os cidadãos a estar ativamente envolvidos e participantes (UNESCO,1997,p.3).

Os compromissos propostos pela Declaração de Hamburgo sobre Aprendizagem de Adultos referem - se aos pontos que são fundamentais para que a EJA esteja em consonância com as necessidades dos atores sociais que assim procuram na educação meios para se desenvolverem como sujeitos ativos em meio a um sistema excludente.

Um desses compromissos elencados pela Declaração de Hamburgo se refere a sensibilização da sociedade frente ao preconceito e as diversas formas de discriminação existentes:

13.Sensibilizar com relação a preconceitos e à discriminação na sociedade: a) garantindo o direito legítimo do indivíduo de exercer seu livre arbítrio e de levar sua vida segundo o modo que tenha escolhido; b) adotando medidas para eliminar, em todos os níveis da educação, qualquer discriminação baseada no gênero, na raça, na língua, na religião, na origem étnica ou nacional, na deficiência, ou em qualquer outra forma de discriminação (UNESCO,1997,p.10).

A Declaração de Hamburgo - Agenda para o futuro apresenta em seu conteúdo compromissos e estratégias muito importantes para que a educação de jovens e adultos esteja cada vez mais engajada com os órgãos governamentais e com a sociedade em prol da inclusão de todos os atores sociais na educação.

Vale mencionar que a Conferência Internacional de Educação de Adultos - Confinteia no Brasil ocorreu no ano de 2021 onde foram discutidas ações para a inclusão de jovens e adultos nas instituições de ensino por meio das políticas públicas sociais e educacionais.

Retornando ao período do ano 2000 como destaque educacional aconteceram muitas discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos e no dia 10/05/2000 foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Para Beleza e Nogueira (2020):

O documento explica as especificidades de tempo e espaço dos jovens e adultos; a discussão presencial dos conteúdos curriculares; a importância em se entender as duas faixas etárias (jovens e adultos) inseridas nesta modalidade de educação; a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os da EJA (BELEZA;NOGUEIRA,2020,p.113).

No mesmo período do ano de 2000 também foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) onde a Educação de Jovens e Adultos ganha certo espaço e nesse documento são estruturadas metas e estratégias visando a erradicação do analfabetismo entre os jovens e adultos (BELEZA ; NOGUEIRA ,2020).

Já no ano de 2014 o Plano Nacional de Educação passa por atualização em seu texto apresentando estratégias e metas para a melhoria da educação no Brasil conforme (Nunes e Baladel, 2017, p.91) “O Plano Nacional de Educação - PNE Lei n. 13005, de 25 de junho de 2014 foi aprovado pelo Congresso Nacional e tem como objetivo estabelecer diretrizes para o sistema de educação nacional por meio da criação de metas e estratégias”.

O Plano Nacional de Educação é composto por vinte metas e duzentas e cinquenta e quatro estratégias que deverão ser cumpridas no prazo de dez anos da vigência do PNE, onde três metas e trinta e sete estratégias são destinadas para a Educação de Jovens e Adultos.

Por meio desse recorte apresentado referente ao contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos é perceptível que o Brasil conta com inúmeros textos normativos educacionais voltados para a EJA.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul por meio da resolução nº 376, de 21 de junho do corrente ano de 2023 institui normas complementares para a modalidade EJA no sistema estadual de ensino do estado do Rio Grande do Sul:

Art. 1º A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – constitui-se uma modalidade da Educação Básica e tem como objetivo garantir o acesso, a permanência, a continuidade e a conclusão dos estudos a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de o fazer ou interromperam a sua trajetória escolar, de acordo com a legislação vigente e a realidade dos estudantes (RIO GRANDE DO SUL,p.1, 2023).

As normas complementares atribuem a EJA algumas mudanças na organização curricular e também na oferta dessa modalidade onde algumas dessas melhorias correspondem ao atendimento educacional especializado para os sujeitos da EJA bem como a valorização das trajetórias de vida dos estudantes na organização dos práticas pedagógicas e dos conteúdos trabalhados na trajetória escolar:

§ 2º Recomenda-se o desenvolvimento do projeto de vida, com ênfase na realidade dos jovens e adultos, tematizando com significação os conteúdos de forma a auxiliá-los nas escolhas de percursos, a serem seguidos nos módulos ou ao longo da vida (RIO GRANDE DO SUL, p.2, 2023).

Essas normas complementares somam-se a outros textos normativos que vigoram no estado do Rio Grande do Sul e que contribuem na forma de melhor organização da modalidade de Educação de Jovens e Adultos considerando que os sujeitos da EJA necessitam de uma maior atenção por parte do sistema governamental no que tange a permanência na escola.

Embora existem muitos textos normativos em relação a EJA se constitui notável a fragilidade no que tange às políticas públicas educacionais e sociais que possibilitam o acesso à educação de qualidade e a permanência dos sujeitos no sistema educacional dos jovens, adultos e idosos que estão em busca do conhecimento e do pertencimento à sociedade.

2.2 A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

O educador Paulo Reglus Neves Freire (1967) nos apresenta uma reflexão a respeito da educação como prática da liberdade, liberdade essa que uma vez suprimida deixa o ser humano cerceado e minimizado frente ao seu potencial criador e como ator social atuante e crítico neste sentido, a luta diária do ser humano pela humanização perpassa o tempo e os espaços conforme afirma Paulo Reglus Neves Freire (1967):

A sua grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita - e isso é o mais doloroso - em nome de sua própria libertação (FREIRE, 1967, p.42).

Em meio a um sistema que massificou em tempos passados e que ainda de certa forma massifica o ser humano Paulo Reglus Neves Freire (1967) afirma que a educação abre espaço para ações dialógicas pertinentes ao exercício da liberdade a fim de que o ser humano possa assumir postura consciente e crítica diante da vida onde quer que ele esteja:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE, 1967,p.90).

No entendimento do educador a educação deve assumir uma postura corajosa frente as situações adversas da realidade e frente as ações que imobilizam o ser humano dessa forma precisamos projetar meios e caminhos que visem uma educação que proporcione aos sujeitos a emancipação do modo de pensar e de elaborar os posicionamentos diante dos problemas da realidade (FREIRE,1967).

A luta de Paulo Reglus Neves Freire tinha como objetivo somar esforços em prol “De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço (FREIRE, 1967, p.93).

Outro ponto fundamental do qual Paulo Reglus Neves Freire (1967) compartilha conosco é a educação que viabiliza discussões sobre as problemáticas existentes entre os seres humanos nos mais variados espaços neste sentido, a educação e a democracia se entrelaçam em prol do desenvolvimento do ser humano como ator social ativo frente seus direitos e deveres:

Ora, a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu País. Do seu Continente. Do mundo. Os problemas do seu trabalho. Os problemas da própria democracia (FREIRE, 1967, p.96).

A educação então necessita visar o desenvolvimento da criticidade do ser humano frente às questões e às circunstâncias da realidade e sob esse prisma , é imprescindível que aconteça o direcionamento das práticas e das ações direcionadas para uma educação mais humanizada e dialógica entre os seres humanos nos mais variados espaços (FREIRE,1967).

O educador Paulo Reglus Neves Freire (1967) defende a posição de uma educação baseada no diálogo e para tal se faz necessário que o planejamento das ações e de iniciativas que sejam construídas de forma conjunta e democrática com os sujeitos, e com a escola e com a sociedade bem como que tenham como propósito o pleno desenvolvimento e a construção das relações plurais e dinâmicas.

Em meio ao contemporâneo ainda vivemos mecanismos educativos por vezes nada democráticos onde as ordenanças burocráticas, os modelos didáticos e as formas organizacionais do sistema educacional moldam estilos em todo o sistema educacional:

Ditamos idéias. Não trocamos idéias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (FREIRE,1967,p.97).

As experiências vivenciadas por Paulo Reglus Neves Freire (1967) nos provocam para o engajamento necessário em prol de uma educação que atue para a libertação das estruturas autoritárias, de mecanismos exploratórios e das ideologias que massificam os seres humanos, enfim necessitamos lutar contra um sistema elitista muitas vezes implantados por modelos educacionais que visam a “dominação” e que não consideram o homem como sujeito:

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE,1967,p.36).

A educação baseada nas práticas do diálogo nos abre, então, caminhos para inúmeras possibilidades de reflexão e ação sobre diversos contextos e de criação de alternativas para circunstâncias que nos causam alienação.

O educador Paulo Reglus Neves Freire (1987) sobre a importância das leituras e reflexões críticas da realidade e dos contextos, colocando o papel do educador dentro de uma educação onde as suas práticas devem ser vivenciadas dentro de construções concretas dos contextos inserindo assim os atores sociais em processo criador, desafiador, problematizador de forma que ele (ela) seja também um sujeito ativo frente aos mecanismos dominadores de nossa liberdade de pensar ,agir e de viver.

Segundo Paulo Reglus Neves Freire (1987) o sujeito está a todo o momento elaborando interpretações da sua realidade e, desse modo, vai se desenvolvendo como sujeito consciente, com seu crescimento frente às ideias que a sociedade impõe e de valores que moldam nosso ser, por isso, é fundamental que os diálogos e que as reflexões da realidade aconteçam de forma crítica e em conjunto com as culturas, em deliberações conscientes permeados pela democracia e pela humanização.

Na visão de Paulo Reglus Neves Freire (1987) os seres humanos necessitam serem sujeitos do seu pensar. Seguindo esse prisma a educação libertadora se constitui como importantíssimo elemento de mudanças pelo fato de atuar diretamente no desenvolvimento e na construção das relações que o ser humano estabelece consigo mesmo, com o grupo e com o meio:

O importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros. Porque esta visão da educação parte da convicção de que não pode sequer apresentar o seu programa, mas tem de buscá-lo dialogicamente com o povo, é que se inscreve como uma introdução à pedagogia do oprimido, de cuja elaboração deve ele participar (FREIRE, 1987, p.76).

O educador Paulo Reglus Neves Freire (1987) nos deixa uma visão positiva em relação a educação libertadora que não molda e nem oprime os sujeitos, dessa forma, é fundamental que as ações tenham o objetivo de estimular ao máximo as trocas plurais entre todos os sujeitos incluídos em um ambiente interativo, cultural e livre de preconceitos.

A educação voltada às necessidades do ser humano e do coletivo se constitui como uma fértil possibilidade de acontecer nas instituições educacionais que estão no sistema prisional onde os sujeitos que estão nesse ambiente podem construir suas reflexões e ampliar conceitos acerca das circunstâncias que são impostas no dia a dia.

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos necessita ser entendida como um elemento importante no processo pela busca de igualdade e de desenvolvimento individual e um exemplo que ilustra essa afirmativa se dá pelo fato que no momento em que o (a) estudante busca o conhecimento, ele está desfrutando de um direito coletivo e também próprio do ser humano.

É importante que o Estado nas suas incumbências esteja atento e alinhado com as demais esferas governamentais para ofertar os meios necessários para garantir uma educação de qualidade para quem assim necessitar.

2.3 EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Em meio às várias leituras referentes à temática que envolve a educação dentro do sistema prisional busquei teoricamente aporte na literatura referente aos estudos do filósofo e sociólogo Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno. Seus estudos em educação dialogam com a posição teórica que assumi em minha linha de pesquisa e em meu trabalho de conclusão de curso.

Para o estudioso Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995) a educação sozinha sem a participação dos atores sociais não se constitui como fator de emancipação humana por esta razão é fundamental que os atores sociais sejam capazes de desenvolver todas as suas potencialidades e que pensem sobre a realidade de forma consciente e racional.

A educação para Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995) é uma exigência social e política à emancipação, pensando uma atualidade como uma construção de múltiplos sentidos, sob esse prisma então a emancipação envolve o pensar crítico que é capaz de interromper ações que massificam desde os princípios civilizatório da humanidade:

O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu dever. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão (ADORNO,1995,p.11).

Segundo Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995) a barbárie permeia a nossa existência por meio dos modelos controladores e opressores e para que seja possível romper com essa condição que modela o ser humano a educação no sentido emancipatório necessita oportunizar aos indivíduos uma reflexão ativa e ação crítica sobre a realidade.

A educação no sentido da emancipação trabalhará para a superação de conteúdos irracionais, sem contexto com a realidade e com as necessidades do ser humano. Dessa forma a educação então possibilitará situações onde os sujeitos reflitam sobre das opressões existentes e que acabam contribuindo para a reprodução de violações totalmente (des)humanas (ADORNO,1995).

Cabe destacar então a importância da educação no sistema prisional visando um trabalho pedagógico para que se coloquem presentes no currículo conteúdos e ações que visem as discussões e reflexões referente às realidades existentes no grupo de estudantes.

Em meio a tantas circunstâncias degradantes vivenciadas pelos sujeitos que estão privados de liberdade ignorar o passado não se constitui algo a ser feito pois, é necessário segundo Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995) tecer reflexões sobre o passado a fim de que se possa ser superados os traumas vivenciados e a educação neste sentido pode atuar por meios pedagógicos para que aconteçam essas discussões mesmo dentro do sistema prisional. Para Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995):

O desejo de libertar-se do passado justifica-se: não é possível viver à sua sombra e o terror não tem fim quando culpa e violência precisam ser pagas com culpa e violência; e não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo (ADORNO, 1995,p.28).

O estudioso Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995) reforça também sobre a necessidade de um olhar histórico e retrospectivo no sentido de poder (re)pensar criticamente e reflexivamente a atualidade e a realidade, visto que o passado poderá ser melhor elaborado quando as causas do que aconteceu forem tratadas de forma consciente.

A falta de ações governamentais que promovam um sistema de educação com melhores e com mais adequadas condições de permanência na escola dentro do sistema prisional se reflete na realidade vivenciada pelos sujeitos que estão privados de liberdade nas penitenciárias pois, é notável a luta diária dos sujeitos pela sobrevivência dentro desses espaços onde o que permeia são condições degradantes tanto no ponto psicológico quanto do âmbito físico.

Diante de tantas circunstâncias negativas a educação pela perspectiva de Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995) pode atuar no aspecto emancipatório promovendo os esclarecimentos e os diálogos pertinentes por meio de uma tomada de consciência de forma crítica, ativa e reflexiva (ADORNO,1995).

A educação voltada a reflexão crítica da realidade fortalece a luta em prol da superação das formas de opressão que são impostas socialmente neste sentido, persisto que a educação é um dos caminhos produtivos para a emancipação do ser humano que vive cerceado pelas ideologias, parâmetros, modelos que são impressos em todos os lugares em meio a várias circunstâncias (ADORNO,1995).

Conforme Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995) precisamos de uma educação que nos oriente a realizar a autorreflexão crítica frente às questões que são importantes, agindo sobre as opressões que inviabilizam o desenvolvimento do ser humano (ADORNO,1995).

Portanto, é necessário preparar os sujeitos para se orientar no mundo, a partir da superação da alienação que sustenta a sociedade e os seres humanos neste sentido, sabemos que a educação não se constitui como a solução para todas as situações, porém ela contribui para um desenvolvimento mais consciente do ser humano (ADORNO,1995).

Em busca da emancipação do modo de pensar e de posicionar frente as realidades é necessário o esforço para que sejam destruídas as ideologias atuais que massificam o ser humano dentro de modelos estabelecidos pelo sistema opressor que atua nas mais distintas esferas da sociedade e para tal há que se realizar reflexões mais transparentes em sua finalidade humana (ADORNO,1995).

Em vista dessa reflexão promover ações interdisciplinares que oportunizem nos(as) estudantes que estão no sistema prisional não se constitui uma tarefa fácil ,mas podemos aos poucos agindo em prol de uma educação que envolva os sujeitos nas relações diárias que são oportunizadas nos espaços educacionais, pois, Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno (1995,p.154) afirma que “Uma educação sem indivíduos é opressiva, repressiva.”

2.4 EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR

Vale destacar que este trabalho de conclusão de curso por envolver na pesquisa os sujeitos que estão em situação de privação de liberdade considere pertinente apresentar algumas visões teóricas que dialogam com minha temática, dentre elas compartilho a visão sobre educação popular e cultura apresentadas pelo antropólogo e estudioso em ciências sociais Carlos Rodrigues Brandão (2009) e pela cientista social Raiane Patricia Severino Assumpção (2009).

Apresento uma reflexão sobre a educação popular que leva em seu contexto as histórias de vidas de cada ator social bem como centrando suas práticas em prol do desenvolvimento do ser humano agindo de forma reflexiva e ativa sobre o mundo.

A educação popular emerge em meio às discussões e lutas organizadas pelos movimentos de trabalho político em conjunto com as classes populares em prol da educação que se estabeleceram em vários períodos e momentos da nossa história.

Cabe destacar que a educação popular estabelece articulações entre a cultura na sociedade, a prática baseada no trabalho político e no ser humano que é capaz de agir em prol de transformações de mecanismos opressores.

Apresenta como objetivo atuar como instrumento político de conscientização a partir de saberes fundamentais e atuantes contra os modelos e contra as ideias que massificam o ser humano (BRANDÃO; ASSUMPCÃO,2009).

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão e Raine Assumpção (2009) a educação é entendida como:

[...] como instrumento político de conscientização e politização, por meio da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares – este é o sentido em que ela se propõe como uma ampla ação cultural para a liberdade a partir da prática pedagógica no momento de encontro entre educadores-educandos e educandos-educadores; [...] (BRANDÃO; ASSUMPCÃO,2009,p.29).

É necessários dizer que a educação popular não se restringe somente às atividades em sala de aula, mas busca elementos constitutivos das suas práticas pedagógicas e sociais que estejam voltadas para a atuação crítica e criativa entre os atores sociais comprometidos e organizados em suas classes e nos mais variados lugares (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO,2009).

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão e Raine Assumpção (2009):

[...] afasta-se de ser tão somente uma atividade “de sala de aula”, de “escolarização popular”, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “comprometidos” e sujeitos populares “organizados”, ou em processo de organização de classe; [...] (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009,p.30).

A educação popular não está centrada somente nos espaços da escola , mas também ela é realizada em vários espaços da sociedade. Ela não é um método conscientizador , mas sim um trabalho que atua na cultura por meio da consciência entre os atores sociais que lutam por uma sociedade mais humanizada (BRANDÃO ; ASSUMPÇÃO, 2009).

Portanto, a educação popular ancora-se na materialidade da cultura popular transmitida e construída por meio da força do ser humano alicerçada no saber das classes que permeia os mais variados espaços (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO,2009).

A cultura popular tem grande importância no processo de transformação do ser humano ,pois por intermédio dela é possível que o sujeito se posicione de forma consciente a respeito do seu saber tornando-se agente de potencialidades.

Conforme afirma Carlos Brandão e Raine Assumpção (2009):

A cultura abarca tudo o que o ser humano e o seu trabalho realizam no mundo, ao transformarem a natureza e atribuírem significados ao que fazem e ao próprio ato criador de fazer, de criar, de transformar. O processo social de criação de cultura é o que atribui ao ser humano a possibilidade de afirmar-se como um ser com consciência a respeito do seu saber. Enfim, como um sujeito que habita de modo singular a sociedade e constrói uma história (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO,2009,p.54).

O ser humano em contato com sua realidade pode atuar de forma a transformá-la por meio de suas interações e também por meio de seu pensar social e cultural frente as situações que surgem ao longo do seu percurso histórico.

Nesse sentido, afirma Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção que (2009) “As relações fundamentais de cultura e através da cultura são de reconhecimento de sujeitos livres e igualmente produtores e beneficiários da totalidade da cultura, que emerge na construção da história” (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO,2009,p.58).

É importante destacar que a luta diária pela validação dos direitos se dá por meio da coletividade entre os sujeitos se que se unem contra os modelos e as ideias que tanto massificam os sujeitos que na maioria das vezes não são representados nas mais variadas esferas (LESSA, 2012).

A partir dessa visão é fundamental que as ações pedagógicas atuem para a valorização dos atores sociais dentro dos processos educacionais a fim de que as oportunidades venham a contemplar a todos os sujeitos (LESSA, 2012).

A educação popular e a cultura se entrelaçam, pois, compartilham da premissa onde o reconhecimento da história de vida dos sujeitos é o ponto central onde ele é ao mesmo tempo constrói a cultura e ao mesmo tempo a compartilha em um verdadeiro processo de humanização, neste sentido priorizar esses elementos na educação no sistema prisional oportunizará aos estudantes a segurança necessária para que o aprendizado aconteça de forma consistente e mais humanizada.

2.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL

Recuperando os preceitos defendidos na Declaração de Hamburgo (1997), principalmente o de que a educação é um direito humano fundamental, independente de idade, raça, sexo, credo ou religião, nesse sentido, a educação como um direito necessita levar em consideração em seus processos a dimensão social, profissional e cultural da cidadania:

A aprendizagem de jovens e adultos é um dos principais meios para se aumentar significativamente a criatividade e a produtividade, transformando-as em condição indispensável para se enfrentar problemas complexos e inter-relacionados de um mundo caracterizado por rápidas transformações e crescente complexidade e riscos (UNESCO,1997,p.4).

A dimensão educativa das atividades que promovam a valorização dos seres humanos na forma de oportunidades de aprendizagem formal e também não formal de jovens , adultos e idosos necessita estar presente nos mais variados locais e um desses locais são as penitenciárias que se revelam instituições onde a busca pela cidadania se demonstra muito difícil pelo fato de muitas circunstâncias que se apresentam no entorno dessa esfera.

De acordo com o documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2006):

Ao longo de toda a sua duração histórica, as prisões revelam-se instituições nas quais a afirmação da cidadania sempre se mostrou difícil e intrincada. Mesmo quando existem alguns progressos no reconhecimento formal de direitos e garantias dos presos e das presas, tudo acaba diluindo-se num modelo desumano e segregacionista de custódia, no qual não há espaço para mais nada além de grades e carcereiros (UNESCO, 2006,p.11).

É notório a todos (as) que os números de estudantes que frequentam a escola dentro das penitenciárias ainda são tímidos e embora ainda que os esforços na tentativa de ampliação de matrículas seja uma luta constante a UNESCO (2006) aponta que também é fundamental que a educação que é ofertada seja uma ferramenta para oportunizar ao estudante o exercício da cidadania e o preparo para a vida (UNESCO,2006).

De acordo com o professor e pesquisador sênior do Instituto da UNESCO para Educação ao Longo da Vida, o belga Marc De Maeyer(2006):

O que se aprende na prisão e por quê? O que todos aprendem na prisão não são programas detalhados, módulos estruturados ou currículos pensados por especialistas em educação. Na prisão, como em outros lugares, há necessidades. Necessidades e urgências. Necessidade e urgência de sobreviver no universo carcerário, necessidade e urgência de conhecer as redes de influência, necessidade e urgência de integrar as atitudes que serão positivamente tomadas em consideração para uma saída mais rápida da prisão, necessidade e urgência de saber como melhorar seu cotidiano, necessidade e urgência de guardar um mínimo de intimidade, necessidade e urgência de simplesmente existir. Nessas condições, aprende-se rápido e vai se direto ao essencial MAEYER, 2006,p. 44).

O pesquisador Marc De Maeyer (2006) deixa alguns pontos que em seu entendimento são necessários para que a educação no sistema prisional aconteça de forma mais significativa dentre eles: constituição de espaços de aprendizagem, valorização das experiências adquiridas e a formação profissional dos(as) professores(as) que atuam na educação no sistema prisional.

Em um contexto complexo que ilustra o sistema prisional cabe então a educação como direito do ser humano em oportunizar em sinergia com todos os sujeitos situações significativas que visem a reconciliação do (a) estudante que está em situação de privação de liberdade com o ato de aprender (MAEYER,2006).

De acordo com Marc De Maeyer (2006):

O que devemos fazer é valorizar os conhecimentos, identificar as aprendizagens que levam ao fracasso em um determinado momento e propor-nos a construir juntos uma visão mais positiva da educação ao longo da vida, qualquer que seja a vida. A educação na prisão é a reconciliação com o ato de aprender. A educação na prisão talvez também seja a reconciliação com o prazer de aprender (MAEYER, 2006,p.57).

Marc De Maeyer (2006) apresenta um ponto muito importante que serve para a nossa reflexão ele enfatiza que a educação no sistema prisional não exerce o poder de resolução de todas as mazelas pelas quais os (as) apenados (as) sofrem nas penitenciárias, mas sim a educação pode contribuir na construção de melhores perspectivas de futuro e de transformação no modo de se posicionar frente às realidades e as circunstâncias.

Os (as) reclusos (as) que estão no sistema prisional mantém a titularidade de alguns direitos fundamentais que todo cidadão possui, dessa forma, o direito à educação necessita ser assegurado para quem necessitar (JULIÃO,2016). O pesquisador Elionaldo Fernandes Julião (2011) assegura que:

O direito à educação escolar como condição inalienável de uma real liberdade de formação (desenvolvimento da personalidade) é instrumento indispensável da própria emancipação (progresso social e participação democrática) é um direito humano essencial para a realização da liberdade e para que esta seja utilizada em prol do bem comum. Dessa forma, ao se abordar a educação para os jovens e adultos (EJA) em situação de privação de liberdade, é importante ter claro que os reclusos, embora privados de liberdade, mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais (integridade física, psicológica e moral). O acesso ao direito à educação lhe deve ser assegurado universalmente na perspectiva acima delineada e em respeito às normas que o asseguram (JULIÃO, 2011, p.148).

As ações educativas devem exercer uma influência edificante na vida do(a), estudante criando possibilidades para que influencie positivamente na formação de sua identidade, buscando principalmente compreender-se como ator social que é capaz de construir seu projeto de vida, definindo caminhos para a vida em sociedade (JULIÃO,2016).

Assim como é importante existir educação escolar e a educação profissional dentro do espaço prisional o pesquisador Elionaldo Fernandes Julião (2016) defende o posicionamento “[...] que deve existir uma proposta político-pedagógica orientada na sócioeducação, cujo objetivo seja preparar o(a) apenado (a) para o convívio social” (JULIÃO,2016,p.36).

A educação no sistema prisional na concepção de Elionaldo Fernandes Julião (2016, p.37) necessita ultrapassar os individualismos, os interesses políticos, e investir em uma proposta política de respeito à diversidade do ser humano dessa forma acredito que seja possível garantir o respeito à diferença e à cidadania, compreendendo e valorizando os direitos dos seres humanos.

Como direito do ser humano a educação necessita em suas práticas estimular todo potencial do (a) estudante que está privado (a) de liberdade como também deve valorizar a trajetória de saberes e de vivências que cada ator social carrega consigo. Elionaldo Fernandes Julião (2016) acredita em:

Uma escola que cumpra as determinações legais ao mesmo tempo em que respeite as características e peculiaridades dos seus sujeitos, constituindo-se realmente em algo que esteja inserido na realidade prisional e que almeje desenvolver, por meio de propostas pedagógicas diferenciadas, as especificidades socioeducativas (JULIANO, 2016,p.37).

Nesse sentido, também os profissionais da educação que atuam no sistema prisional necessitam assumir a postura de mediadores do conhecimento apresentando e realizando ações pedagógicas, sociais e culturais que viabilizem a reflexão e a ação sobre a realidade vivenciada pelos (as) estudantes.

Sob a visão teórica da estudiosa Elenice Maria Cammarosano Onofre (2015) a educação no espaço prisional deve criar possibilidades para a emancipação dos (as) estudantes que estão privados de liberdade. Neste prisma a educação nas penitenciárias perpassa o ambiente carcerário no sentido de ser formal já a educação da prisão advém da própria cultura e das regras existentes entre os sujeitos que estão em privação de liberdade.

Para Elenice Maria Cammarosano Onofre (2015):

A educação na prisão constitui-se, por sua vez, como os saberes advindos dos processos de ensino e aprendizagem que não são característicos das prisões. Trata-se de uma educação que transcende o espaço prisional, pois a educação escolar se configura como educação na prisão e como tal deve servir à emancipação de seus alunos. De maneira resumida, a educação do cárcere visa a adaptação dos sujeitos às normas do sistema prisional, enquanto que a educação no cárcere é uma ferramenta para a libertação dos oprimidos (ONOFRE,2015,p.243).

As práticas educacionais em seus variados espaços necessita estabelecer a reflexão crítica e questionamentos acerca da sociedade sob este ponto de vista as ações desenvolvidas dentro das penitenciárias devem visar o fortalecimento da cidadania no cenário dos direitos humanos.

Destaca Elenice Maria Cammarosano Onofre (2015, p.249) que:

A educação, em quaisquer espaços deve contribuir para que o aluno questione a sociedade em que vive, mantenha a constante avaliação sobre suas escolhas, desperte o posicionamento questionador que o fará não aceitar servilmente as verdades impostas, trabalhe a dimensão valorativa, o poder do conhecimento e o raciocínio crítico, evidenciando que existem múltiplas formas de se viver.

A estudiosa apresenta em suas pesquisas realizadas com os (as) estudantes que estão em privação de liberdade em relação ao significado da escola onde eles (as) demonstraram que ter acesso à educação no sistema prisional proporciona a construção de vários conhecimentos e melhorias das condições de vida que serão percebidas após a saída do sistema prisional.

No entendimento dos (as) estudantes que estão privados de liberdade “A escola na prisão é apontada pelo aluno como um espaço fundamental para que possa fazer valer seu direito à cidadania, e a aprendizagem da leitura e da escrita permanece essencial para que seja adquirido o mínimo de autonomia” (ONOFRE,2007,p.21).

Os sujeitos que estão no sistema prisional vivenciam muitas situações complexas dentro desse espaço, nesse sentido eles (as) apontam a escola no sistema prisional como um espaço onde é possível se sentir mais livre, onde se pode construir diálogos com os (as) colegas e com os (as) professores (as) além de poder ter informações sobre a realidade fora do contexto prisional (ONOFRE,2007).

Sob esse prisma é fundamental que aconteça o movimento de estruturação de um currículo que contemple as demandas e as necessidades dos sujeitos da educação de jovens e adultos que estejam no sistema prisional e para isso requer um intenso e coeso trabalho por parte das instituições de ensino, da sociedade em geral e dos órgãos governamentais.

Pelo exposto a educação de jovens e adultos se constitui de processos que têm como eixo as vivências de todos os atores sociais nesse sentido, o objetivo é que todos os sujeitos sejam contemplados com a educação que esteja pautada na visão emancipatória voltada para a transformação das realidades, ou seja uma educação que esteja baseada na igualdade de direitos e na dignidade humana.

Conforme afirma Elenice Maria Cammarosano Onofre (2007, p.23) “Pensar a educação escolar no presídio significa refletir sobre sua contribuição para a vida dos encarcerados e da sociedade em geral, por meio da aprendizagem participativa e da convivência fundamentada na valorização e no desenvolvimento do outro e de si mesmo.”

Por se tratar da educação no sistema prisional é importante destacar a necessidade de políticas públicas educacionais que visem a permanência do (a) estudante na escola neste sentido, é importante trazer o conceito de política pública que segundo a concepção de Sérgio de Azevedo (2003, p.38) é “[...] tudo que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões [...]”, ou seja, são decisões tomadas pelo Estado ,nesta visão, as políticas públicas são conjuntos de decisões e ações em prol de algum objetivo.

Essas ações são desencadeadas por atores governamentais que pretendem dar soluções ou encaminhamentos para determinada situação que é pública e que faz parte da necessidade oriunda da sociedade, portanto, as políticas públicas não refletem somente intenções, mas ações que visam transformar uma realidade (AZEVEDO,2003).

As políticas públicas são desenvolvidas por instituições governamentais através dos processos políticos que acontecem por meio de deliberações organizadas pela sociedade civil através de mobilizações e de reivindicações (AZEVEDO,2003).

Já as políticas públicas educacionais são aquelas que regulam e que orientam os sistemas de ensino, ou seja, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões e ações que o Estado assume e que refletem em prol do ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem (AZEVEDO,2003).

Pelo exposto, as políticas públicas têm um importante papel na sociedade sendo por meio dessas políticas que, por exemplo, ações educacionais são planejadas e mantidas. Após essa breve reflexão faço o destaque de duas ações no que tange a educação no sistema prisional e que contemplam estudantes que estão privados de liberdade.

O Exame Nacional do Ensino Médio para detentos do sistema prisional (ENEM PPL) é entendido como uma oportunidade e como uma política de acessibilidade que visa a continuidade dos estudos e o ingresso dos(as) estudantes que estão privados de liberdade no ensino superior, o ENEM PPL tem uma grande adesão por parte dos (as) participantes.

O ENEM PPL é ofertado desde o ano de 2010 onde é organizado em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Esta possibilidade de continuidade dos estudos por parte dos sujeitos que estão no sistema prisional tem como uma de suas metas contribuir para elevar o nível de escolaridade e também atuar como medida de combate à exclusão social.

Outra possibilidade de conclusão dos estudos na qual a população prisional brasileira tem acesso é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) sendo esse exame uma avaliação para a verificação de competências, habilidades e saberes de jovens e adultos em nível de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio para fins de correção da continuidade dos estudos.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza exames que, além de possibilitar tecer um panorama da educação básica brasileira, promovem meios para a certificação de conhecimentos e saberes adquiridos tanto em ambientes educacionais quanto em ambientes extraescolares.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é um desses exames e tem como objetivo:

O Enceja tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros (INEP, 2023).

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (Encceja Nacional PPL) é uma iniciativa governamental que beneficia as pessoas que não concluíram os ensinos fundamental e médio e neste sentido, o INEP aplica o exame em conjunto com o Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL,2023).

As iniciativas apresentadas aqui são demonstrações de políticas públicas educacionais que beneficiam os (as) estudantes que estão em situação de privação de liberdade onde os números de participantes desses exames ilustram uma boa aceitação pois, os (as) estudantes expressam pela realização desses exames a possibilidade de obter melhores condições de vida por meio da educação.

Para que o direito à educação aconteça de forma organizada no sistema prisional as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013, p.138) esclarecem baseada na Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210, de 11/7/84) que a assistência educacional é definida a partir dos seguintes pontos:

(a) Obrigatoriedade do Ensino Fundamental; (b) ensino profissional ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico; (c) possibilidade de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados; (d) previsão de dotar cada estabelecimento com uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL,2013, p.138).

Já no ano de 2009, no Conselho Nacional de Educação (CNE) foi encaminhado o pedido com o objetivo de estabelecer um marco normativo que contemplasse a organização de instituições de ensino no sistema prisional, mediante elaboração e a aprovação de Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nas penitenciárias brasileiras.

Este documento contempla a educação básica na modalidade da educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica e a educação superior a serem oferecidas no sistema prisional. O decreto nº 7.626, de 24 de novembro 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP) orienta que:

Art. 2º O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior. Art. 4º São objetivos do PEESP: II – incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação; IV – fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional; VI – viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional. Art. 6º Compete ao Ministério da Educação, na execução do PEESP: II – promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais; IV – promover a capacitação de professores e profissionais da educação que atuam na educação em estabelecimentos penais (BRASIL, 2011).

No estado do Rio Grande do Sul temos a construção do Plano Estadual de Educação às Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional com vigência 2021-2024 possibilitou a elaboração de diretrizes organizacionais de promoção no que tange a qualidade da educação e do ensino no sistema prisional:

1. Fomento às atividades educacionais com orientação pedagógica buscando o desenvolvimento humano e a reintegração social das pessoas presas e egressas do sistema prisional; 2. Fortalecimento das ações articuladas entre diversos órgãos estaduais para elaboração e aplicação das políticas educacionais voltadas às pessoas presas e egressas do sistema prisional; 3. Busca pela diversidade de oferta educacional, considerando atividades culturais e esportivas; 4. Qualificação dos espaços e atividades educacionais; 5. Transversalidade e intersetorialidade nas ações de educação; 6. Melhoria da qualidade do acesso e da permanência da educação no Sistema Prisional; 7. Qualificação dos servidores penitenciários e servidores da educação no âmbito da educação prisional; 8. Padronização organizacional, pedagógica e equidade na oferta das políticas educacionais às pessoas presas e egressas do sistema prisional (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p.4).

O objetivo do plano é melhorar a oferta educacional nos estabelecimentos prisionais do estado do Rio Grande do Sul e qualificar a política de educação para apenados(as) e egressos do sistema prisional.

Com o plano se pretende ampliar os números de apenados (as) participando de exames e avaliações nacionais como, exemplo, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Também realizar levantamento de dados sobre as ações de educação que são desenvolvidas, buscar estratégias para garantir a capacitação de profissionais ligados à educação que estão atuando no sistema prisional e aumentar a oferta do ensino na modalidade à distância para o sistema prisional.

A educação no sistema prisional deve ser entendida como processo de transformação em relação ao potencial das pessoas em suas competências, capacidades e habilidades e também

o ato de educar necessita ser organizado de forma planejada para que o(a) estudante situado empreenda a construção do seu ser nas formas individuais e sociais.

Em meio a essas possibilidades é importante que o espaço penitenciário onde é ofertado a educação seja compreendido como um espaço de construção do conhecimento e da cidadania por meio dos processos educativos em um ambiente que seja socioeducativo, crítico e reflexivo como afirmam França, Félix e Feitosa (2020):

Garantir a plena cidadania do reeducando é dar possibilidade a esses sujeitos de integração social e de readaptação ao mundo profissional, portanto, é nesse sentido que a educação oferecida no interior das prisões pode contribuir para a ressocialização daqueles que se encontram privados de sua liberdade (FRANÇA; FÉLIX; FEITOSA, 2020,p.386).

A educação no sistema prisional então busca fortalecer a cidadania dos sujeitos que estão em situação de privação de liberdade possibilitando o contato com os saberes, com os conhecimentos e com as interações fundamentais que oportunizarão melhores possibilidades de convivência no ambiente onde está inserido.

Considero importante apresentar alguns dados estatísticos em relação aos números de estudantes que estão matriculados nas escolas dentro do sistema prisional, apresento em primeiro momento os dados referente ao estado do Rio Grande do Sul e também do município de São Luiz Gonzaga-RS.

No âmbito estadual de acordo com a Secretaria Estadual de Sistemas Penal e Socioeducativo conjuntamente com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e Secretaria de Educação, no Rio Grande do Sul no mês de março do ano de 2023, foi retomado o calendário letivo dentro do sistema prisional quando três mil duzentos e vinte e três (3.223) pessoas privadas de liberdade retornaram às aulas, em cursos de alfabetização, e nos ensinos fundamental e médio (SUSEPE,2023).

Segundo dados apresentados pela Secretaria Estadual de Sistemas Penal e Socioeducativo e Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e a Secretaria de Educação, no Rio Grande do Sul, no ano de 2023 sessenta e cinco (65) estabelecimentos prisionais desenvolvem atividades educativas, sendo vinte e nove (29) por meio dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) e trinta e seis (36) em turmas descentralizadas (SUSEPE,2023).

Em relação aos(as) estudantes, duzentos e vinte e cinco (225) estão em processo de alfabetização; quinhentos e noventa e seis (596), no ensino fundamental nos anos iniciais e mil quatrocentos e oitenta e sete (1.487) nos anos finais, e novecentos e quinze (915) no ensino

médio. Também, pelas formas de convênios com algumas instituições, vinte (20) pessoas privadas de liberdade realizam cursos técnicos, e vinte e nove (29) estão cursando o nível superior (SUSEPE,2023).

No município de São Luiz Gonzaga, no estado do Rio Grande do Sul segundo os dados repassados pela instituição de ensino onde realizei minha pesquisa atualmente são atendidos no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco quarenta e seis (46) estudantes na faixa etária entre dezoito (18) anos até cinquenta e nove anos (59) de idade, sendo que são distribuídos em quatro turmas multisseriadas: Totalidade 1 / Totalidade 2 (1º ao 5º ano), Totalidade 3 / Totalidade 4 (6º e 7º anos), Totalidade 5 / Totalidade 6 (8º e 9º anos) e uma turma (Totalidade 7 / Totalidade 8/Totalidade 9) de Ensino Médio.

2.6 NEEJA PROMOTOR JORGE VICENTE PACHECO

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco, está situado no município de São Luiz Gonzaga, no estado do Rio Grande do Sul, no Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga (PSLG).

Para atender a demanda educacional dos sujeitos que estão em privação de liberdade neste município foi aprovado pela Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e a Comissão de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul , o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco e esta instituição de ensino mantém seu compromisso de oportunizar um ensino e uma aprendizagem de qualidade para os estudantes que estão privados de liberdade.

No ano de 2002 a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior juntamente com a Comissão de Ensino Fundamental (2002):

Credencia o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco, nas dependências da Penitenciária Estadual, em São Luiz Gonzaga, para a oferta de exames supletivos do ensino fundamental e ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Autoriza a oferta desses exames, nesse Núcleo. Aprova Regimento Escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2001,p.1).

O planejamento pedagógico é realizado por meio das Matrizes de Referência do Ensino Público Estadual, sendo desafiador para os (as) professores(as) da EJA Prisional, elencar e selecionar os conteúdos mais significativos e essenciais propostos pela Base Nacional Comum

Curricular (BNCC), visto que se apresenta neste documento uma série de habilidades previstas para cada ano, enquanto o calendário da instituição de ensino é semestral, com carga horária diferenciada por tratar-se da Educação de Jovens e Adultos.

No início de cada semestre a direção e os professores reúnem-se a fim de fazer uma análise dos resultados dos (as) estudantes no semestre anterior e a partir desse movimento, poder repensar o trabalho, para que este traga bons resultados a todos os envolvidos(as) no processo educacional.

O processo de construção do conhecimento visa a contribuir na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que estão em situação de privação de liberdade dessa maneira atribuindo ênfase ao sujeito e nas relações, através de atividades que proporcionem o resgate da autoestima, a participação social, a construção da cidadania e do saber em várias áreas do conhecimento, tendo como base o desenvolvimento social e solidário, de forma a garantir o conhecimento aos (as) estudantes.

São oportunizadas atividades de incentivo à leitura e a escrita, sendo que são promovidos encontros para leitura de textos poéticos, momentos para assistir vídeos e essas atividades apresentam como objetivo proporcionar momentos para que o (a) estudante se motive a ler e a escrever, participando também das oficinas de produção literária, que culminou na publicação do Livro: “Entre os Muros da Prisão” (Livro organizado pela professora de Linguagens, sendo a 4ª edição, no ano de 2022).

O ambiente escolar proporciona espaços dinâmicos e de incentivo, buscando desenvolver no(a) estudante (a) o gosto pela leitura, a busca de sua cidadania através do resgate de valores essenciais, a valorização do bem estar, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, para isso, é realizado no decorrer de cada semestre atividades religiosas com a participação de voluntários, palestras motivacionais e também desenvolvimento de projetos.

Na instituição de ensino é indispensável o respeito pelo tempo de cada estudante, onde as individualidades são sempre asseguradas nos processos de construção do conhecimento trabalhando de forma diferenciada da escola regular, oferecendo um ensino de qualidade, visando a cidadania e proporcionando espaços que promovam a ressocialização desses sujeitos, ou seja, sendo uma escola que acolhe.

A escola no sistema prisional contribui para que haja alguma mudança positiva de comportamento e de realidades, promovendo a integração social dos(as) apenados (as), através de atividades como: palestras motivacionais, encontros religiosos, oficinas de artesanato em datas comemorativas (dia das mães, pais...), gincanas culturais e esportivas.

O processo de adaptação dos (as) estudantes em privação de liberdade se dá dia-a-dia, onde é colocado os deveres que ele (a) tem como estudante, as regras que devem ser seguidas para o bom andamento das aulas e também o direito que os(as) mesmos(as) possuem de ir e vir (matrícula/desistência) e também a questão da remição de pena que os mesmos recebem em função de frequentar as aulas.

Apresento, assim, no próximo capítulo a trajetória metodológica percorrida durante a realização da pesquisa a fim de alcançar os objetivos que foram traçados pela pesquisadora e que culminou no presente trabalho de conclusão de curso.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e ou sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é construída quando não se dispõe de informações suficientes para responder ao problema que é elaborado (GIL,2002).

O planejamento da pesquisa concretizou-se mediante a elaboração de um projeto que foi o documento orientador das ações a serem desenvolvidas ao longo da pesquisa.

É importante evidenciar que para que uma pesquisa seja bem elaborada, deve-se levar em consideração os recursos disponíveis e necessários para seu desenvolvimento, para isso foram considerados os recursos humanos, materiais e financeiros (GIL,2002).

Mediante as ações acima relatadas o presente trabalho de conclusão de curso intitulado “A Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional de São Luiz Gonzaga – Rio Grande do Sul” com delimitação do tema baseado nos (as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional de São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul, foi construído na perspectiva de uma pesquisa de caráter qualitativa, por se preocupar e se pautar de acordo com Cristiano Lessa de Oliveira (2008, p.7) “[...] na interpretação do mundo real com ênfase nos estudos das experiências vividas”.

Sobre a pesquisa qualitativa Augusto Triviños (1987, *apud* OLIVEIRA,.2008. p.14) apresenta algumas características principais:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. A pesquisa qualitativa é descritiva. Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto. Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente. O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Os estudos qualitativos são muito importantes por proporcionarem a união entre teoria e a prática, oferecendo ferramentas fundamentais para os estudos e pesquisas principalmente na área educacional.

Nesta concepção, a pesquisa foi fundamentada sob o aporte qualitativo sendo em nível exploratório por se tratar da elaboração e da testagem de hipóteses e tendo como meio de obtenção das informações da pesquisa o uso de questionário impresso.

Em um primeiro momento entrei em contato com a professora orientadora do trabalho de conclusão de curso onde compartilhei minhas intenções e objetivos em relação a temática escolhida para a pesquisa que culminaria no trabalho de conclusão de curso.

Então após a aceitação da professora em orientar a pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico em relação às legislações e as literaturas que embasam a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a educação no sistema prisional. Também foi elaborado cronograma das ações que foram desenvolvidas ao longo da trajetória da pesquisa e do trabalho de conclusão de curso.

Foi construído um roteiro de perguntas abertas que foram direcionadas para os (as) estudantes do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco.

Dessa forma, estabeleci contato via e-mail institucional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul com a diretora do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco onde expliquei meus objetivos a partir da temática da minha pesquisa.

Depois desse contato preliminar apresentei a minha temática de pesquisa e as minhas propostas. Realizado esse momento foram encaminhados os seguintes documentos: Carta de Apresentação de Pesquisa (Apêndice A), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), o Termo de Compromisso de Utilização de Dados (Apêndice C).

Participaram como sujeitos da pesquisa os (as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco que estão distribuídos entre as turmas que compõem o educandário.

No Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco são atendidos (as) estudantes na faixa etária entre dezoito anos até cinquenta e nove anos de idade.

A participação dos sujeitos aconteceu de forma voluntária e de livre escolha quanto ao interesse em participar ou não participar da pesquisa sendo assim, destaco que participaram da pesquisa o número treze (13) estudantes. Os (as) estudantes que participaram da pesquisa estão matriculados no Ensino Fundamental - Anos Finais (6º sexto ano ao 9º nono ano) e no Ensino Médio (1º primeiro ano até o 3º terceiro ano).

A realização da coleta das informações aconteceu por meio da utilização de um questionário impresso com questões estruturadas (Apêndice D - Roteiro de questões) pois, esse tipo de coleta de dados apresentam um conjunto de questões, em que o (a) pesquisador (a) administra a cada sujeito na mesma sequência e usando as mesmas palavras.

O questionário utilizado como instrumento de coleta das informações foi composto pelo número de três questões onde cada sujeitos da pesquisa teve a livre opção de escolha em optar por responder as questões que assim desejassem.

As questões utilizadas no questionário foram as seguintes: 1. Na sua opinião como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode contribuir na melhoria de sua realidade ou no seu futuro? 2.O ensino o qual você está recebendo, tem lhe ajudado de alguma forma? 3.Quais são suas perspectivas de futuro?

Por se tratar do espaço prisional a pesquisadora não teve acesso e interação de forma presencial com os sujeitos da pesquisa e por esse fator a pessoa que realizou essa interação e coleta de dados aplicando os questionários foi a diretora do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco.

Ao final da etapa da coleta das informações a pesquisadora recebeu da diretora do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco os questionários respondidos com os dados da pesquisa.

A tabulação das informações da pesquisa foi realizada por meio das devolutivas dos questionários que cada estudante do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco respondeu.

As possibilidades analíticas das informações da pesquisa estão fundamentada por meio de referências a partir das literaturas dos estudiosos e pesquisadores como: Elionaldo Fernandes Julião (2011), Elenice Maria Cammarosano Onofre (2015), Marc De Maeyer (2006), Paulo Reglus Neves Freire (1967), Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Patricia Severino Assumpção (2009), dentre outros estudiosos que tratam das temáticas referente a educação de jovens e adultos bem como a educação no sistema prisional.

4 POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

Este é o capítulo analítico deste trabalho de conclusão de curso onde as possibilidades analíticas e reflexões foram realizadas a partir do conteúdo que foi obtido pelo instrumento de coleta de informações.

A pesquisa foi realizada no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco, está situado no município de São Luiz Gonzaga, no estado do Rio Grande do Sul, no Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga (PSLG).

Destaco que para a obtenção das informações referentes a pesquisa foi utilizado questionários de forma impressa onde os (as) estudantes expressaram na forma escrita o que pensam a respeito dos pontos que a pesquisadora levantou na pesquisa e nesse sentido Paulo Reglus Neves Freire (1987,p.9) nos diz que “Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana.”

As análises das informações seguiram conforme Bogdan e Biklen (1999) o processo de categoria de codificação que consiste no destaque de palavras que aparecem com maior frequência nos dados da pesquisa, neste sentido destacam Bogdan e Biklen (1999,p.221) “ À medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frase, padrões de comportamento, formas de os sujeitos pensarem e acontecimentos.”

Foi realizada a observação minuciosa das informações coletadas na busca de regularidades presentes e após essa observação foi desenvolvida a construção de palavras - chaves e frases que representaram essa constante nas informações obtidas na pesquisa.

Para Bogdan e Biklen (1999):

O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e padrões. Estas palavras ou frases são categorias de codificação. As categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos que recolheu (os símbolos segundo os quais organizaria os brinquedos), de forma a que o material contido num determinado tópico possa ser fisicamente apartado do outros dados (BOGDAN;BIKLEN,1999,p.221).

Para a análise das informações obtidas na pesquisa foram utilizados os código de definição e situação , conforme Bogdan e Biklen (1999) “Neste tipo de código o objectivo é o de organizar conjuntos de dados que descrevam a forma como os sujeitos definem a situação ou tópicos particulares” (BOGDAN; BIKLEN,1999,p.223).

Foram utilizadas duas categorias de análises das informações sendo a primeira que se refere a importância e as contribuições da educação de jovens e adultos para os (as) estudantes que estão em privação de liberdade e a outra categoria que se refere às perspectivas de futuro tendo a educação como suporte que auxiliará esses sujeitos na melhoria de suas vidas.

Nesta análise apresento de forma reflexiva as características que apareceram com maior regularidade nas escritas dos sujeitos que participaram da pesquisa buscando utilizar sempre o suporte da bibliografia que embasou este estudo. Por meio das análises busco verificar se as hipóteses iniciais para esse estudo foram comprovadas ou não foram comprovadas.

Este capítulo está dividido em duas seções, sendo a primeira intitulada “Com a educação todos somos bem mais aptos a tudo nas nossas vidas: Possibilidades analíticas” que aborda como a educação sob a ótica dos (as) estudantes pode auxiliar na realidade e a segunda seção “Com a educação teremos um futuro bem melhor” onde apresento as perspectivas de futuro apresentadas pelos (as) estudantes que estão no sistema prisional.

As possibilidades analíticas serão mediadas pelo referencial teórico apresentado no presente trabalho de conclusão bem como também por intermédio dos conhecimentos que foram construídos pela pesquisadora ao longo da pesquisa.

4.1 “COM A EDUCAÇÃO TODOS SOMOS BEM MAIS APTOS A TUDO NAS NOSSAS VIDAS”: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

Essa seção analítica apresenta as reflexões realizadas a partir das convicções que (as) estudantes que estão em privação de liberdade tem a respeito de como a educação de jovens e adultos pode contribuir na realidade na qual estão inseridos bem como se o ensino que esses sujeitos estão recebendo tem ajudado de qual forma na melhoria de sua realidade.

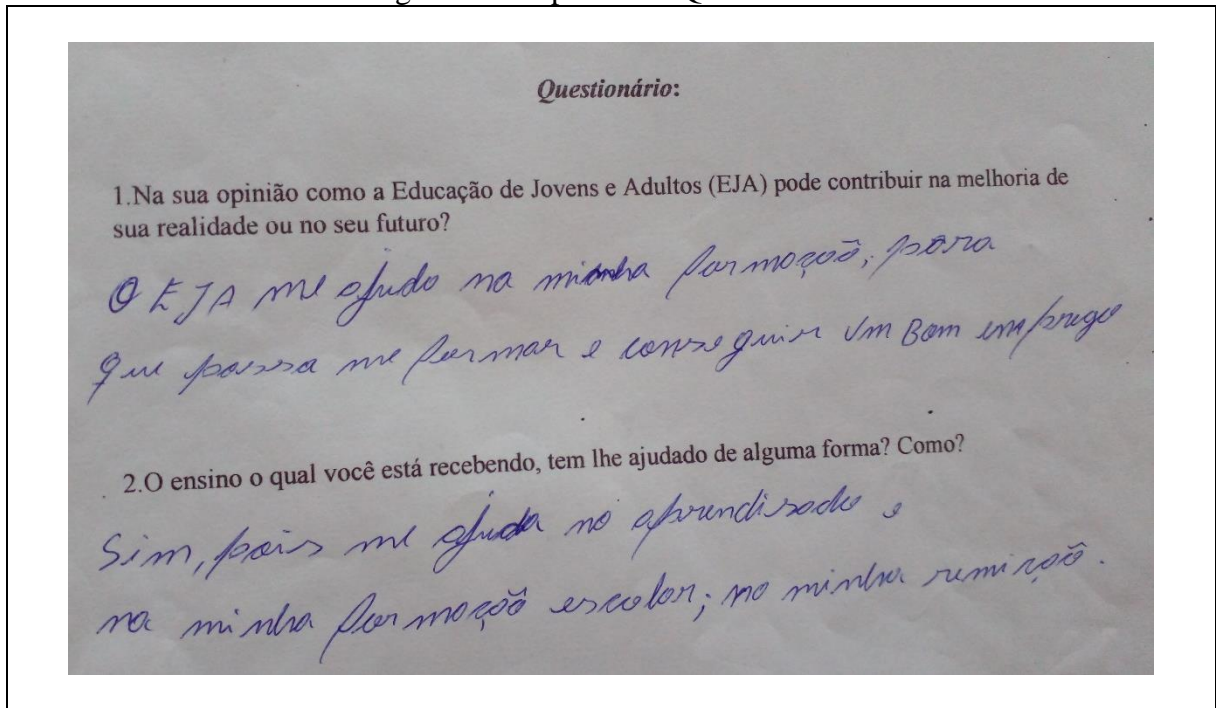
A atuação da educação dentro do sistema prisional tem sua parcela de contribuição no sentido de demonstrar aos sujeitos que o ensino pode auxiliar na mudança significativa nas formas de refletir e de agir sobre as realidades.

Cabe então considerar a educação no espaço prisional de um modo geral necessita possibilitar ações pedagógicas que tenham como objetivo valorizar a história de vida de cada sujeito e também que atendam às necessidades específicas do grupo de estudantes.

Volto a reforçar meu posicionamento frente a uma educação que instiga a vontade de aprender neste sentido, o(a) professor(a) necessita adotar e colocar na prática variadas metodologias que contemplem as necessidades no que tange às competências e habilidades das

quais os (as) estudante da EJA no sistema prisional precisam construir nos processos educativos.

Figura 1 - Respostas do Questionário.

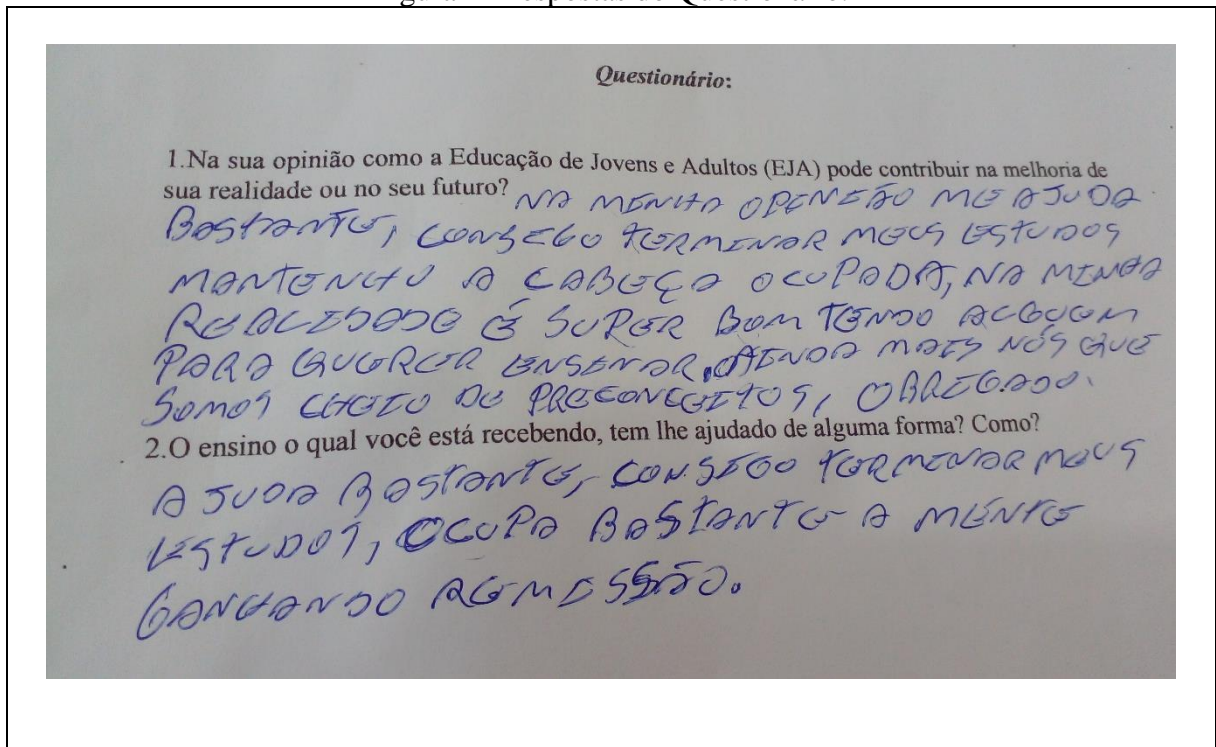


Fonte: Autora (2023)

Essa visão expressada pelos (as) estudantes dialoga com a percepção teórica da estudiosa Elenice Maria Cammarosano Onofre (2015) que considera que a proposta educacional nas escolas dentro do sistema prisional necessita ter como princípio a possibilidade de transformação do sujeito que é capaz de atuar de forma ativa na realidade onde está inserido.

A educação atua então na vida dos sujeitos que estão na situação de privação de liberdade de forma expressiva conforme se observa nas contribuições das escritas dos(as) estudantes e essa perspectiva vem ao encontro do que diz a estudiosa Elenice Maria Cammarosano Onofre (2007) que aponta que na escola o(a) estudante em contato com outros (as) estudantes e com os(a) professores (as) na forma de pertencimento de grupo melhora seu desenvolvimento no que tange às posturas no seu dia a dia.

Figura 2- Respostas do Questionário.



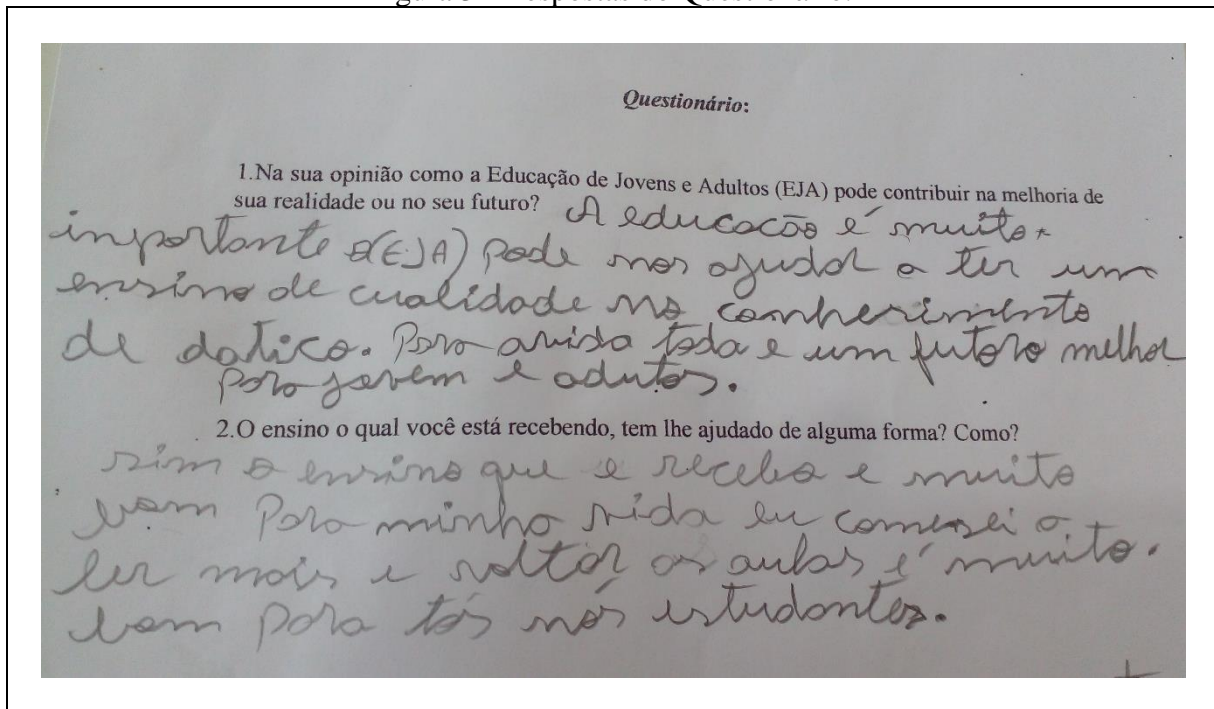
Fonte: Autora (2023)

Por meio da escrita do(a) estudante (Figura 2- Respostas do Questionário) se observa o agradecimento pelo fato de poder estar estudando e poder se desenvolver em vários aspectos, como também pontua que apesar de sofrerem preconceito pela sociedade se sente agradecido(a) pela educação que vem recebendo.

Outro ponto que merece destaque por meio das observações das escritas dos(as) estudantes é o fator de que a educação e o ensino tem ajudado na conclusão dos estudos como também contribui na remição do tempo da pena onde a lei prevê o desconto de um dia de pena para cada doze horas de estudo e também segundo a **Lei de Execução Penal** (Lei Nº 12.433, de 29 de junho de 2011 “O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido um terço no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena”. (BRASIL, 2011).

Nesse sentido muitos estudantes que estão em situação de privação de liberdade buscam na educação essa possibilidade de remição do tempo da pena , por outro lado se observa que esses sujeitos buscam outros objetivos tendo a educação como suporte de desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional.

Figura 3 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

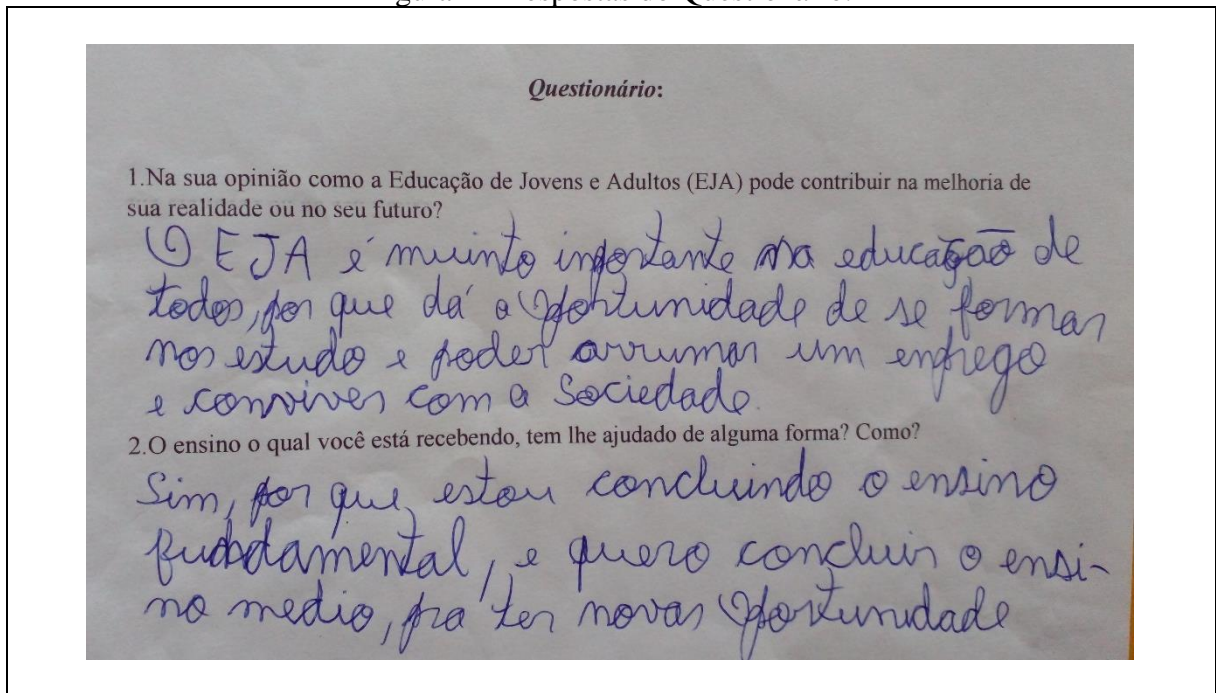
Por meio do posicionamento do(a) estudante a educação oportuniza meios para que seja possível ser realizada uma construção do conhecimento de forma mais significativa para esses sujeitos que estão em situação de privação de liberdade.

Por intermédio da educação então ,por exemplo, o (a) estudante registrou que voltou a ter contato com a leitura como também expressou a afirmação de que por meio da educação é possível construir um futuro com melhores oportunidades.

A educação de jovens e adultos no entendimento dos (as) estudantes se constitui de grande relevância porque por meio desta modalidade é possível a conclusão das etapas básicas da educação e com isto o sujeito passa a tecer possibilidades tanto no presente , na realidade que está vivenciando quanto no futuro.

Embora a escola dentro do sistema prisional não podemos desconsiderar a voz dos(as) que os estudantes apresentam e expressam por meio da escrita ,pois acredito em uma educação centrada nos processos que envolvam a (re)construção de identidades e singularidades pertencentes a sujeitos que mesmo privados de liberdade fazem parte da sociedade.

Figura 4 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

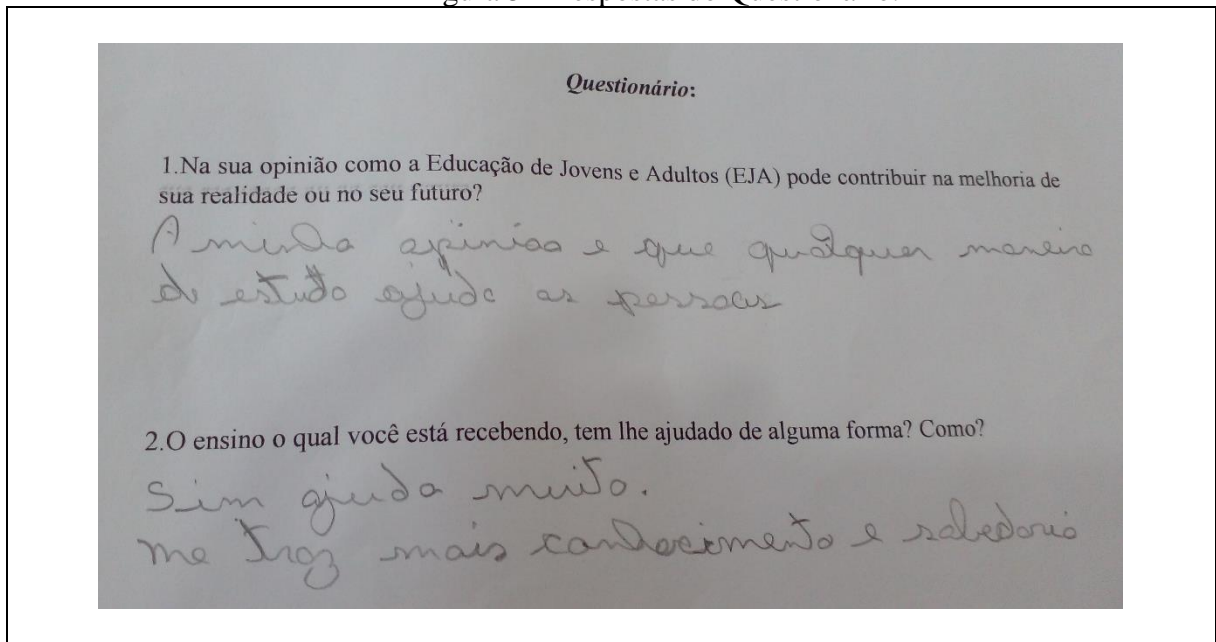
A reconexão dos(as) estudantes que estão em situação de privação de liberdade com o ato de aprender irá acontecer por meio da educação que exerce essa função de proporcionar o reencontro com a aprendizagem e a construção do conhecimento.

As histórias de vidas dos sujeitos que estão no sistema prisional são de fato trajetórias que são permeadas por conflitos e nesse sentido, a educação por meio da atuação dos profissionais da educação proporcionará outras possibilidades de pensar e de atuar no mundo pois, conforme afirma o estudioso Marc de Maeyer (2006,p.44) “Trata-se de ajudá-lo a enxergar que é possível fazer outras coisas, que ele é capaz de outras atitudes, outros projetos, outras afeições.”

É notório também que as afirmações desse(as) estudantes se centralizam em torno da valorização da educação como possibilidade consistente em relação às melhores perspectivas de um futuro com maiores oportunidades.

Apesar das complexas circunstâncias que permeiam os sujeitos que estão em privação de liberdade é motivador perceber que os conteúdos das escritas que foram apresentados pelos(as) estudantes circundam em torno da importância que a educação exerce sobre eles(as).

Figura 5 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

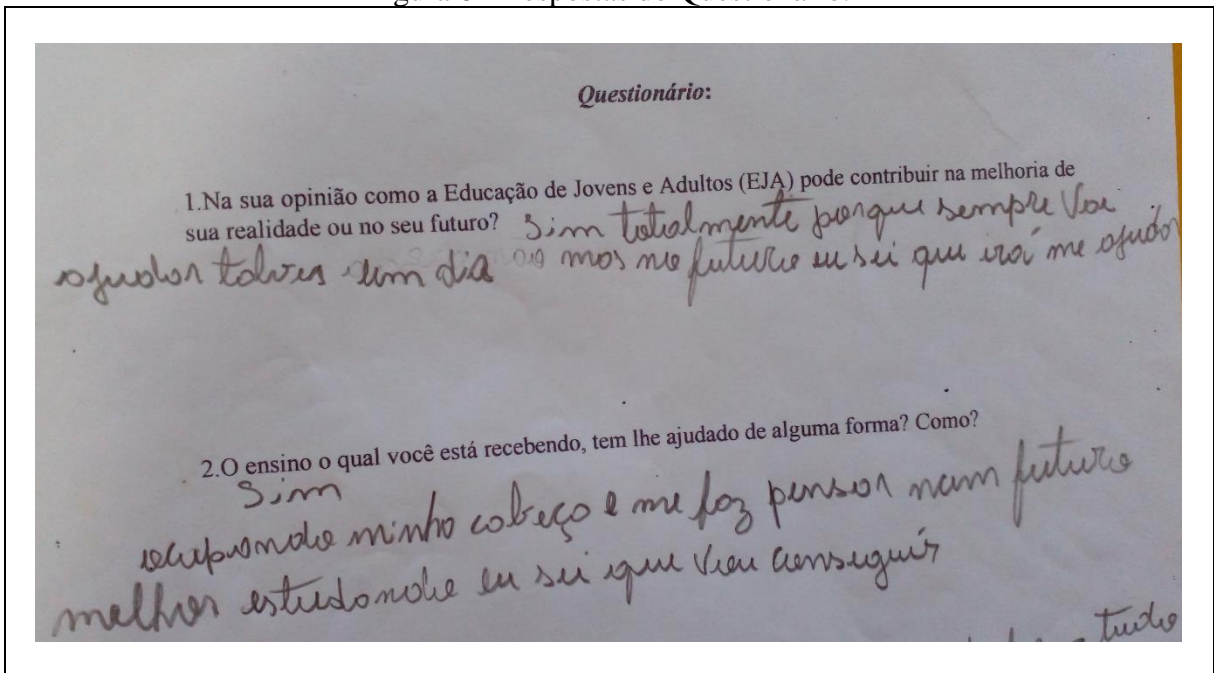
Ao observar as escritas dos(as) estudantes é notório que a educação dentro do sistema prisional viabiliza o contato com diferentes saberes e conhecimentos que por certo muitos desses (as) estudantes ao longo da vida não tiveram acesso.

Nesta perspectiva o educador Paulo Reglus Neves Freire (1987) traz a visão de que por meio da reflexão crítica das questões que são pertinentes o ser humano acaba por despertar desconhecimento que tinha e passa a assumir o papel de sujeito no mundo, desse modo analisando sua história e podendo desenvolver a consciência frente a si mesmo, ao outro e a sociedade.

Cabe ressaltar que as reflexões necessárias acontecem em meio a reunião de sujeitos que estão dispostos a dialogar e assumir posturas mais críticas neste sentido, a educação cumpre essa tarefa de organizar ambientes para que esses movimentos aconteçam por meio dos atos de comunicação entre os sujeitos conforme nos afirma Paulo Reglus Neves Freire (1987) “Consciência do mundo, busca-se ela a si mesma num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro” (FREIRE, 1987,p.11).

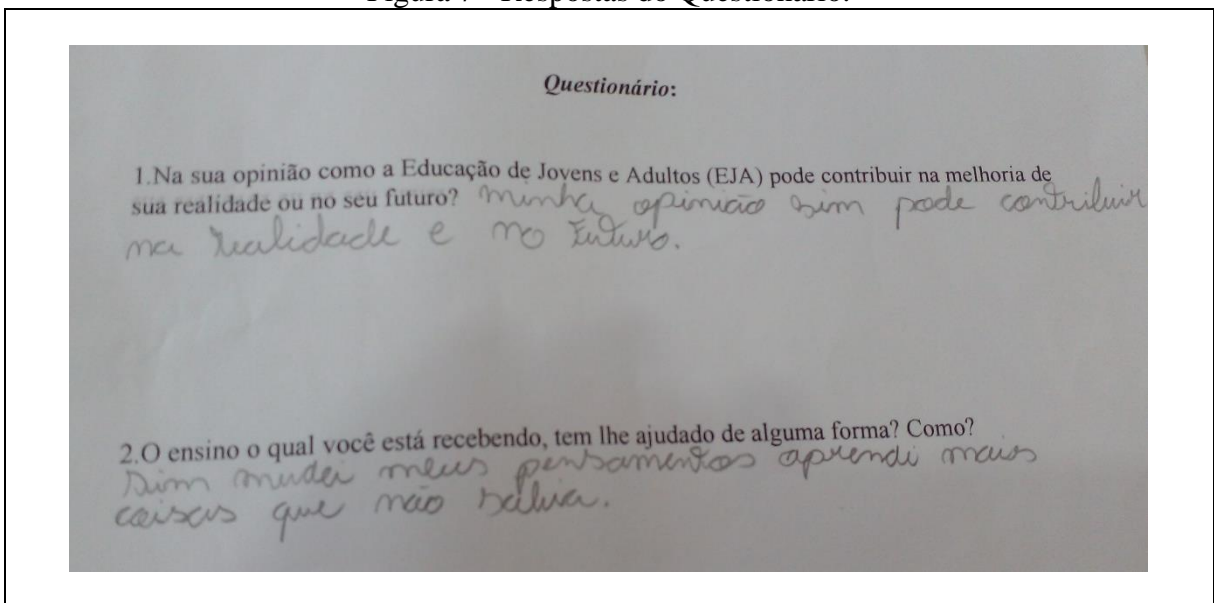
De acordo com a difícil realidade vivenciada dentro das penitenciárias possibilitar aos sujeitos a conexão aos processos socioeducativos é oportunizar chances de conectá-los com os saberes que oportunizaram meios para a conclusão dos estudos e possibilidades de se pensar em um futuro melhor e com mais oportunidades de desenvolvimento tanto no âmbito pessoal quanto no âmbito profissional.

Figura 6 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Figura 7 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Outro ponto que ganha destaque é a vontade expressada pelos(as) estudantes em aprender e a construir conhecimento, o que sem sombra de dúvidas é muito importante e impulsiona os profissionais de educação a prosseguir na jornada pedagógica dentro do sistema prisional.

Mediante as informações apresentados pelos (as) estudantes se evidencia a necessidade que prossiga o movimento de estruturação de um currículo que contemple as demandas e as

necessidades dos sujeitos da educação de jovens e adultos dentro do sistema prisional e para isso requer um intenso e coeso trabalho por parte das instituições de ensino, da sociedade em geral e dos órgãos governamentais.

Pelo exposto por meio da pesquisa se destacou que a educação de jovens e adultos se constitui de movimentos e de processos e que tem como eixo as vivências de todos os atores sociais nesse sentido, o objetivo é que todos os sujeitos sejam contemplados com a educação e que o currículo (no enfoque interdisciplinar) esteja pautado na visão emancipatória voltado para a transformação de vidas em prol da igualdade de direitos e da dignidade humana.

Figura 8 - Respostas do Questionário.

The image shows a scanned document with handwritten answers to two questions. The text is as follows:

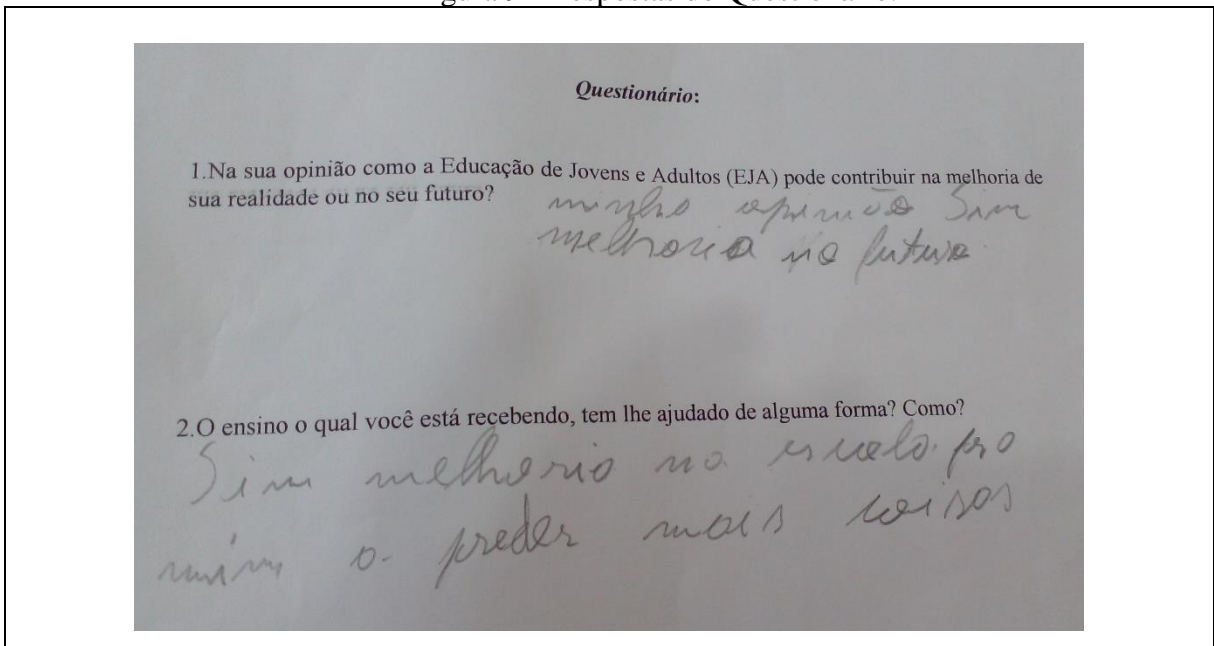
Questionário:

1. Na sua opinião como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode contribuir na melhoria de sua realidade ou no seu futuro?
 Sim o muito eu sei fazerim mesmo contribui bastante

2. O ensino o qual você está recebendo, tem lhe ajudado de alguma forma? Como?
 Tem e muito me ajudado sim que antes era uma pessoa imilia Hafi san uma pessoa sabia Tenho no agradecer a Diretora e as profs do nosso colegio Nelya Jorge Pacheco

Fonte: Autora (2023)

Figura 9 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

A educação de jovens e adultos constitui uma ferramenta muito importante porque realiza um serviço socioeducativo relevante aos sujeitos que estão em privação de liberdade por proporcionar ações que tenham como objetivo oportunizar aprendizagem de qualidade no que tange a construção dos saberes que auxiliarão ao longo da vida.

Essa afirmação sobre a importância da construção do conhecimento ao longo da vida está de acordo com o conteúdo que se estabelece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre a EJA (LDBEN Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) (BRASIL, 2019).

Considero que a educação no sistema prisional de uma visão geral necessita oportunizar ações afirmativas que visem o desenvolvimento do sujeito como ser social que possui condições de construir seu próprio projeto de vida.

E esse projeto de vida idealizado pelos sujeitos que estão em situação de privação de liberdade irá possibilitar melhores ideias a respeito da construção de um futuro com oportunidades significativas.

Conforme Elionaldo Fernandes Julião (2016):

As ações educativas devem exercer uma influência edificante na vida do interno, criando condições para que molde sua identidade, buscando, principalmente, compreender-se e aceitar-se como indivíduo social; e construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminhos para a sua vida em sociedade (JULIÃO, 2016, p. 36).

Ao observar as escritas dos(as) estudantes é perceptível que a educação possibilita o contato com a multiplicidade de conhecimentos que são fundamentais para o desenvolvimento dos atores sociais nesse sentido, proporcionar mesmo em meio ao sistema prisional um percurso pedagógico que possibilite ao(a) estudante situações ativas e aprendizagem é de fundamental importância.

É possível então atuar nessa perspectiva por meio de metodologias que ofertem o contato do(a) estudante com a informação, com o conhecimento científico, com as culturas, com a corporeidade, com as formas literárias e textuais. Todo esse movimento pedagógico é importante pelo fato de possibilitar aos(a) estudantes inúmeras vivências importantes para sua formação (MAEYER,2013).

De um modo geral é importante nas vivências dentro da escola considerar o sujeito da EJA como centro do processo de ensino, levando em consideração sua bagagem de vida e sob esse prisma podemos perceber que o reconhecimento da identidade é o ponto chave para que esses sujeitos possam ser valorizados e reconhecidos, possibilitando aos mesmos a capacidade de refletir e problematizar sobre a realidade e afim de poder transformá-la nos pontos que são possíveis.

Considero importante salientar sobre a necessidade de resgatar a identidade, a história de vida e as raízes dos sujeitos oriundos da EJA, que muitas vezes se anulam ou até mesmo possuem uma autoimagem negativa da vida devido aos diversos fatores que impossibilitaram esses sujeitos de permanecerem na escola.

É fundamental que a educação no sistema prisional possibilite meios para o favorecimento da ressignificação e a valorização da identidade dos (as) estudantes ao trabalhar de forma a dialogar sobre as experiências, dispondo da desconstrução da autoimagem negativa que muitos sujeitos apresentam de si mesmos.

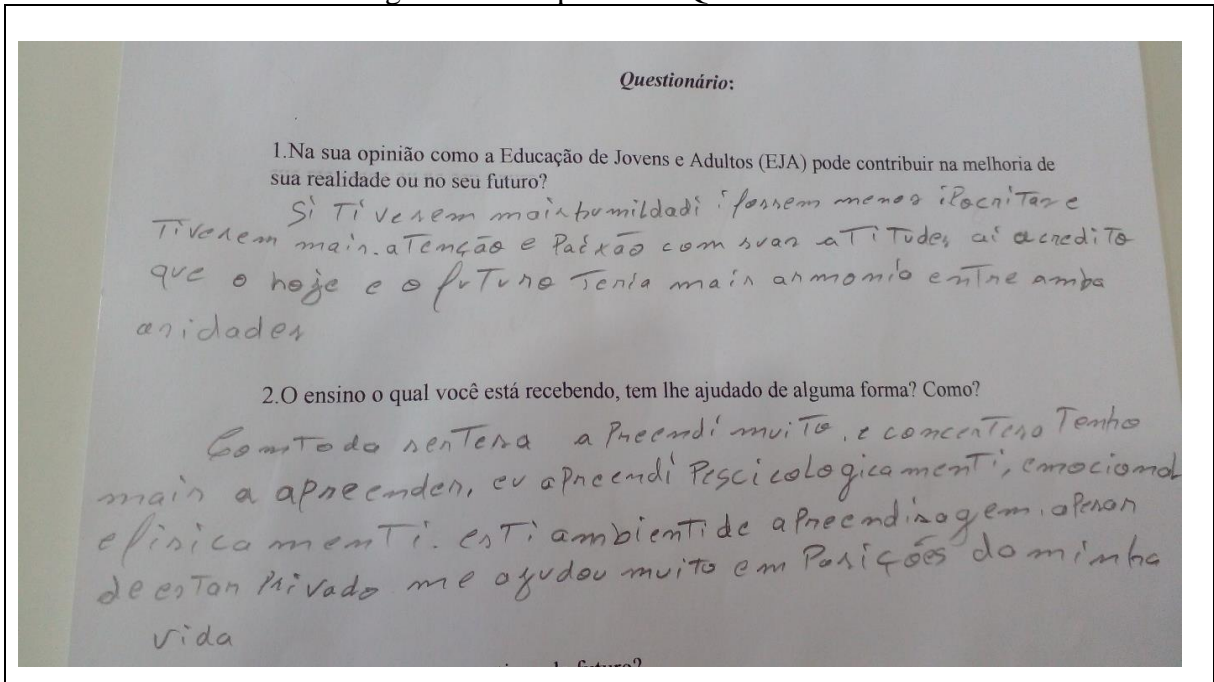
Tomando como referência a escrita dos(as) estudantes também é perceptível que o ensino que estão recebendo e os saberes que estão construindo tem auxiliado na constituição do ser nos aspectos cognitivos, psicológicos e também físicos.

Os (as) estudantes pontuam como positiva a atuação da escola dentro do sistema prisional ,pois afirmam que a mesma tem contribuído na forma de ser dos sujeitos e também na forma de se posicionar frente às situações que são impostas no dia a dia.

Pelas perspectivas observadas a educação contribui de forma positiva pois, por meio dela os indivíduos se tornam mais capazes de atuarem na vida e pela contribuição da mesma há possibilidades de construção de um futuro com mais esperança.

É perceptível que o ensino que estão recebendo na instituição escolar dentro do sistema prisional tem auxiliado na perspectiva de melhores oportunidades de desenvolvimento da construção do conhecimento.

Figura 10 - Respostas do Questionário.



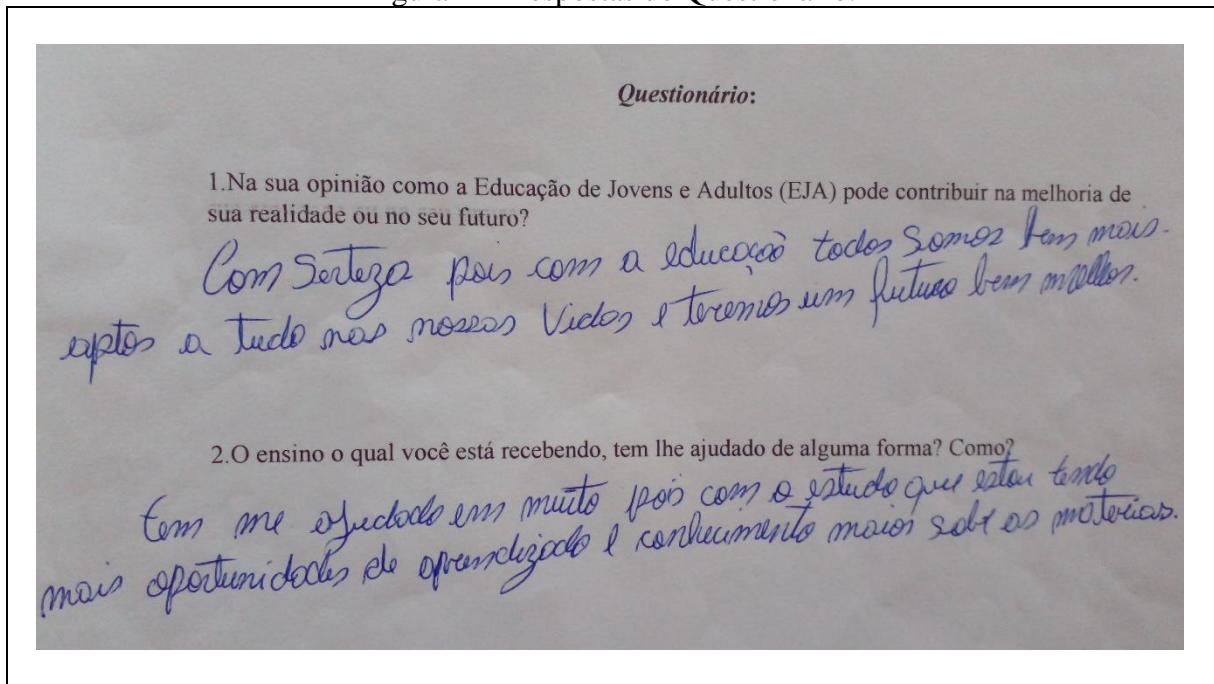
Fonte: Autora (2023)

Essas afirmativas pontuadas pelos(as) estudantes remetem a reflexão de que como cidadãos conscientes de nossas responsabilidades não podemos seguir propostas que não estimule todo potencial e que não valorize a trajetória de saberes e de vivências que cada ator social carrega consigo.

Dessa forma é fundamental que os processos pedagógicos sejam permeados pelas ações mediadoras dos saberes em que viabilizem a reflexão e a ação sobre os objetos do conhecimento que cada aluno tem contato.

Por intermédio das escritas dos (as) estudantes nos abre para reflexão a respeito dos preconceitos sofridos pelos sujeitos que estão em situação de privação de liberdade, pois é importante que a sociedade também possa construir estruturas mais humanizadas para receber os sujeitos que retornam ao convívio extramuros das penitenciárias e dos presídios.

Figura 11- Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

A educação no sistema prisional acontece em um ambiente diferenciado dos demais ambientes escolares onde o ambiente escolar dentro do sistema prisional necessita cumprir regras e normas colocadas pelos órgãos organizadores do sistema carcerário.

Nesse sentido, o espaço prisional se constitui um ambiente de relações complexas e por esse fator os sujeitos que estão nesse ambiente buscam manter o pensamento em movimento por esse razão, a educação ofertada no espaço prisional auxilia nessa questão, pois por meio das ações pedagógicas e culturais realizadas o sujeito interage com outros sujeitos o que viabiliza a si mesmo e ao grupo uma melhoria da qualidade de vida mesmo dentro desse ambiente.

Sob esse prisma se encontra a visão de Elenice Maria Cammarosano Onofre (2007) a respeito de uma educação que incorpore nas propostas pedagógicas ações de construção de saberes que levem os sujeitos a conhecer a si mesmos e o mundo que rodeia a fim de poder agir sobre ele e prosseguir na vida:

Há de se pensar, portanto, em uma educação que seja capaz de incorporar, em seu processo pedagógico, o desenvolvimento de ações de conhecimento que levem o indivíduo a: primeiro, conhecer o mundo; e, segundo conhecer-se como sujeito capaz de agir nesse mundo e transformá-lo (ONOFRE, 2007, p.23).

A educação no espaço prisional também necessita possibilitar ações pedagógicas que melhorem as condições dos sujeitos que estão neste ambiente, por exemplo, a alfabetização e

o letramento certamente auxiliarão na melhoria desse sujeito no espaço prisional, a leitura de livros, as informações importantes, as regras dentro da penitenciária ,entre outros gêneros textuais e literários.

Sob essa visão enfatiza Elenice Maria Cammarosano Onofre (2007) que “É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas, bilhetes e acompanhar o desenrolar de seus processos criminais, e isso significa ter mais liberdade, autonomia e privacidade” (ONOFRE,2007,p.21).

Por meio das ações significativas dentro da escola no sistema prisional é fundamental possibilitar ações que levem aos sujeitos reconhecerem a si mesmos como parte do corpo social, que tem vez e voz, sendo capaz de ser agente de mudança e transformação da realidade em que está inserido, pois a maioria desses indivíduos trazem uma história de vida de negação no que tange aos direitos fundamentais.

Figura 12 - Respostas do Questionário.

The image shows a handwritten questionnaire with two questions and their answers. The text is written in cursive on lined paper.

Questionário:

1. Na sua opinião como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode contribuir na melhoria de sua realidade ou no seu futuro?

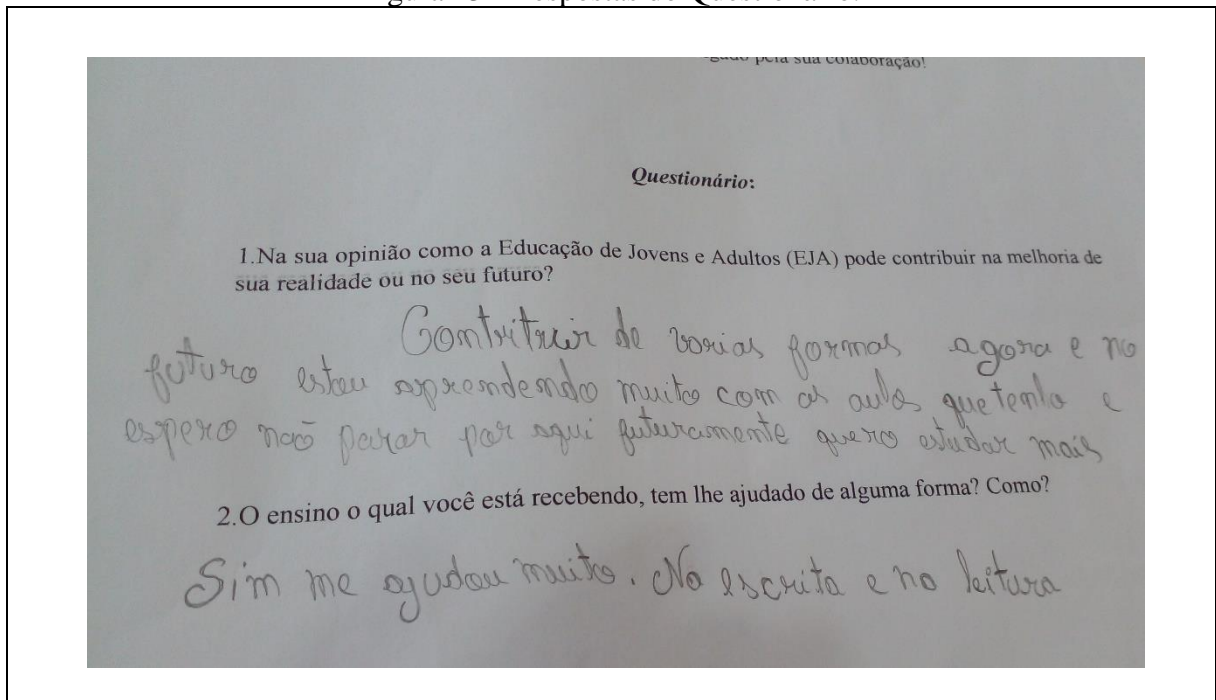
A Educação de jovens e Adultos dá a oportunidade de concluir seus estudos visando um futuro com chance de mais oportunidade de um trabalho digno.

2. O ensino o qual você está recebendo, tem lhe ajudado de alguma forma? Como?

Sim. Me ajudou a complementar o que sabia e abriu novas ideias de aprendizagem, tendo em mente que é possível se ter um futuro melhor com mais estudos.

Fonte: Autora (2023)

Figura 13 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Acredito em ações pedagógicas que possam centralizar o sujeito da aprendizagem no processo de construção do conhecimento, neste sentido, as práticas pedagógicas necessitam considerar em suas propostas a estimulação de todo potencial humano valorizando a trajetória de saberes e de vivências que cada ator social carrega consigo.

A educação no sistema prisional necessita estar centrada suas ações em prol da valorização do sujeito que possui sua identidade e sua própria história de vida, neste sentido é possível nesses espaços ofertar uma educação de qualidade que contribua no fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais do ser humano.

Considerando que o contexto educacional esteja dentro do sistema prisional é necessário assumir a postura de profissionais da educação que atuem como mediadores do conhecimento realizando ações pedagógicas que viabilizem a reflexão e a ação sobre os objetos do conhecimento que cada estudante tem contato.

Acredito na educação que ultrapasse as fronteiras extramuros das penitenciárias, desse modo, ela necessita se constituir um processo contínuo e direcionado para despertar em cada ator social a compreensão crítica da realidade.

A partir deste contexto referente a essa proposta de educação que promova o diálogo e a reflexão se faz necessário um currículo que proporcione as ações pedagógicas dinâmicas que

envolvam análises de situações, debates, ações de escrita e de leitura, diálogos, construções subjetivas e práticas que ampliem os horizontes do conhecimento.

Pelos aspectos elencados é fundamental que aconteçam esses movimentos pedagógicos nas escolas que estão dentro do sistema prisional onde seja possível oportunizar vivências que visem contribuir para o autoconhecimento de cada estudante, para a valorização da vida e do respeito das diversidades que existem no modo de ser e de sentir de cada ator social.

A educação de jovens e adultos dentro do sistema prisional irá contribuir para a construção da identidade e da autoestima dos (as) estudantes bem como a valorização de cada sujeito como ator social que possui formas próprias de ser e de pensar.

Durante grande parte de sua vida os indivíduos da EJA vivenciaram situações no que tange a permanência na escola em face à luta pela sobrevivência, vivenciando o preconceito, a discriminação e as críticas na vida em comunidade.

Assim, esses (as) estudantes procuram retomar os estudos na escola como um meio de conquistas de direitos, de socialização, de interação, de pertencimento e da sensação de capacidade e superação dos obstáculos.

Portanto é nas relações de comunicação e de construção do conhecimento entre grupo que as transformações necessárias acontecem e para justificar essa afirmação Paulo Reglus Neves Freire (1987) afirma:

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há, amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação”(FREIRE,1987,p.51).

Pelos pontos observados nas escritas dos(as) estudantes a educação é de grande importância para esses sujeitos desse modo, a partir desta constatação fica a questão para reflexão de quais elementos considerar nas situações pedagógicas que visem o desenvolvimento dos sujeitos que estão privados de liberdade?

Encerro essa seção analítica tomando como referência a escrita do (a) estudante (Figura 6 - Resposta do Questionário) que declara que “[...] o estudo me faz pensar num futuro melhor estudando eu sei que vou conseguir”.

4.2 “ COM A EDUCAÇÃO TEREMOS UM FUTURO BEM MELHOR”: PERSPECTIVAS

Reconhecer o ser humano como sujeito da história e criador de cultura significa reconhecer o seu próprio processo dialético de humanização. No espaço de tensão entre a necessidade (as suas limitações como ser da natureza) e a liberdade (o seu poder de transcender ao mundo por atos conscientes de reflexão) o ser humano realiza um trabalho único: ao criar o mundo de cultura faz a história humana. Cria a própria trajetória de humanização (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009,p.56).

Inspirada em Carlos Rodrigues Brandão (2009) e em Raiane Patricia Severino Assumpção (2009) apresento esta seção analítica que traz reflexões acerca das perspectivas que os sujeitos da pesquisa tem para o futuro tendo a educação como uma grande possibilidade de desenvolvimento do ser humano.

A educação de jovens e adultos dentro do sistema prisional oferece oportunidades pedagógicas capazes de oportunizar meios de capacitação profissional e de conclusão dos estudos desse modo, por meio dos pontos observados nas escritas esses (as) estudantes estão traçando metas profissionais e educacionais, ou seja, estão traçando um projeto de vida com possibilidades após a saída do sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga.

Em virtude disso e a partir do entendimento de Elenice Maria Cammarosano Onofre (2007):

Na escola, o aluno adquire um capital que não é roubado, exercitando outro modo de ser ao se relacionar afetivamente com o professor. Na medida em que a escola o acolhe, ele passa a pertencer a um lugar. Esse pertencimento lhe oferece a possibilidade de aprender outra postura e, quiçá, um conteúdo ou uma habilidade que se constitua em forma de emancipação (ONOFRE,2007,p.25).

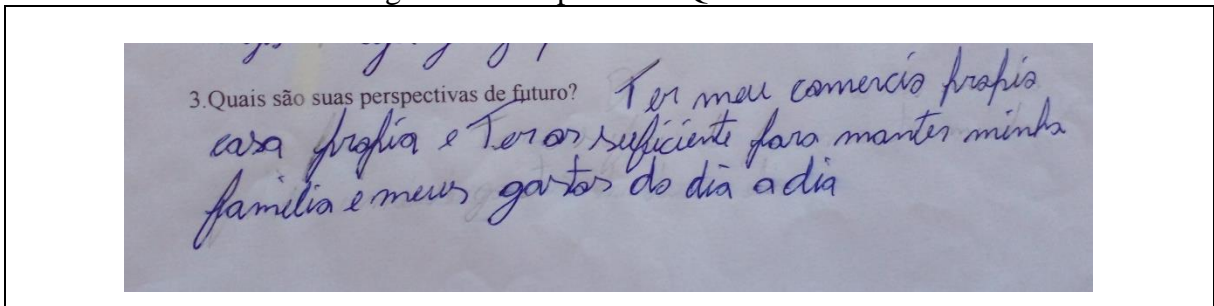
Apesar dos (as) estudantes estarem em um ambiente de privação de liberdade o direito de pensar e de compartilhar saberes de forma livre permanece inabalável, portanto, a educação possibilita o encontro desses sujeitos com as possibilidades de transformação do modo de pensar e agir na vida. Sob esse prisma afirma Elenice Maria Cammarosano Onofre (2015, p.251):

Nesse sentido, sugerimos uma EJA em prisões pautada nos ideais de educação popular e que tenha o homem e a vida como centros do processo educativo, em que o aprender a ler, a escrever e interpretar perpassem esse movimento de (re)construção da cidadania e da dignidade humana.

Acredito que a missão da educação é acolher os sonhos e contribuir para que seja possível alcançar melhores perspectivas de um futuro ou de uma realidade melhor, pois pelos pontos

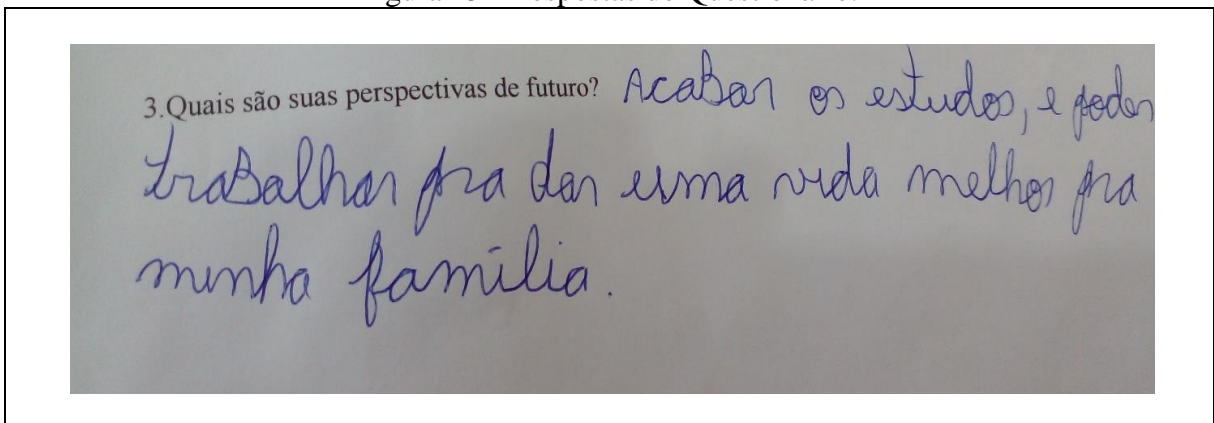
observado nas escritas dos(as) estudantes é perceptível o olhar atencioso para com a família e a vontade de estar convivendo em sociedade.

Figura 14 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Figura 15 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

As perspectivas de futuro dos (as) estudantes apresentados demonstram o desejo de construção de um futuro com melhores oportunidades e dessa forma poder auxiliar na sobrevivência da família.

O desejo da maioria dos sujeitos da pesquisa é poder concluir a etapa escolar e então trabalhar de forma honesta como um cidadão pertencente a sociedade, por outro lado esses (as) estudantes tem o entendimento que na sociedade infelizmente ainda existe o preconceito com as pessoas que saem do sistema prisional e neste sentido, então a educação poderá auxiliar construir estratégias que possam contribuir para que a inclusão desses sujeitos aconteça na sociedade de forma um pouco menos conflitante.

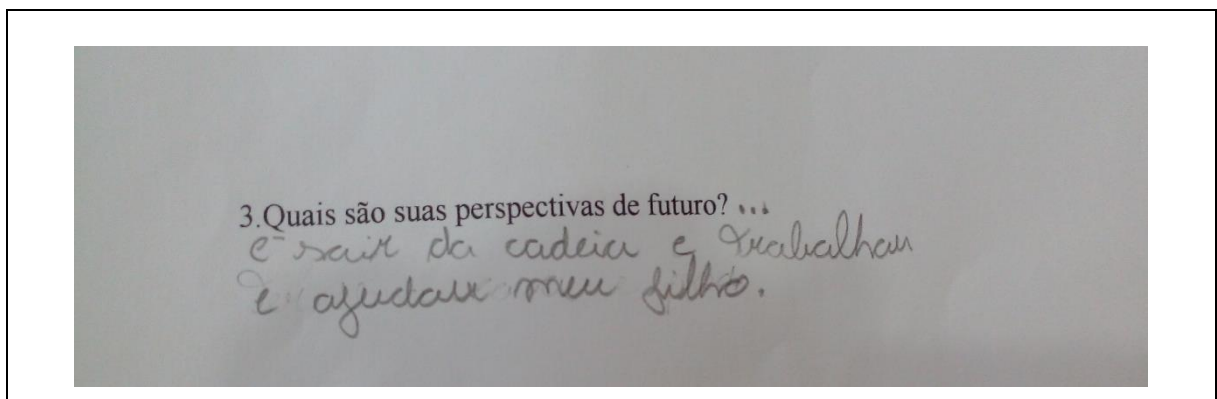
O entendimento do educador Paulo Reglus Neves Freire (1987) vem ao encontro do posicionamento dos sujeitos da pesquisa ,pois ele considera a educação como forma de

conscientização do ser humano frente às contradições que o mundo apresenta e que tentam impedir o movimento de pertencimento na sociedade como cidadão consciente:

Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, super-estruturais ou inter-estruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação. Um método pedagógico de conscientização alcança últimas fronteiras do humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. E “a educação como prática da liberdade”(FREIRE,1987,p.14).

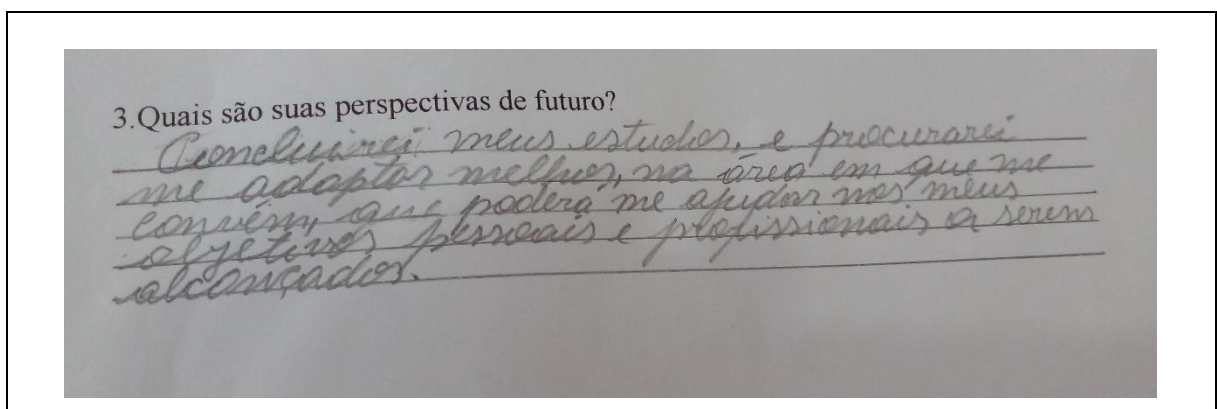
É notório pela observação das informações que os (as) estudantes expressaram o sentimento de melhorar a condição de vida na qual se encontram e de poder por meio do trabalho conviver em sociedade extramuros da penitenciária de forma atuante.

Figura 16 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Figura 17 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

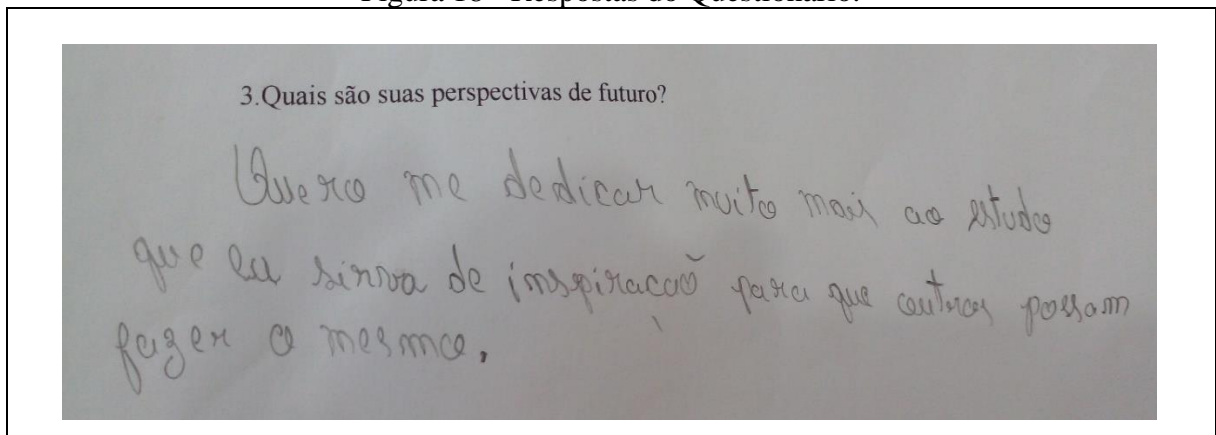
Apesar da difícil realidade que esses (as) estudantes enfrentam dentro do sistema prisional é possível perceber que os (as) mesmos(as) possuem acerca de si e da família possibilidades de um futuro ativo e que estão dispostos a construir conhecimento que os(as) ajudarão no desenvolvimento tanto profissional quanto pessoal.

Considerando as afirmações dos (as) estudantes a educação de um modo geral dentro do sistema prisional necessita considerar e organizar ações que possibilitem aos (as) estudantes acompanhar os processos de transformação da sociedade e neste sentido, a construção do conhecimento necessita acontecer de forma não fragmentada, mas sim é fundamental que as ações aconteçam por meio da reflexão ativa centrada no pensamento crítico unindo os diversos saberes e pontos de vistas.

É fundamental que a educação dentro do sistema prisional se direcione a compreender o ser humano em suas mazelas preparando os sujeitos para a luta consciente em prol de uma sociedade mais compreensiva e democrática em todas as esferas.

Se observa que as perspectivas de futuro dos (as) estudantes expressam o desejo de prosseguir nos estudos e dessa forma poder servir de incentivo e de inspiração para que outras pessoas também possam por meio da educação poder despontar para melhores oportunidades de um futuro mais esperançoso.

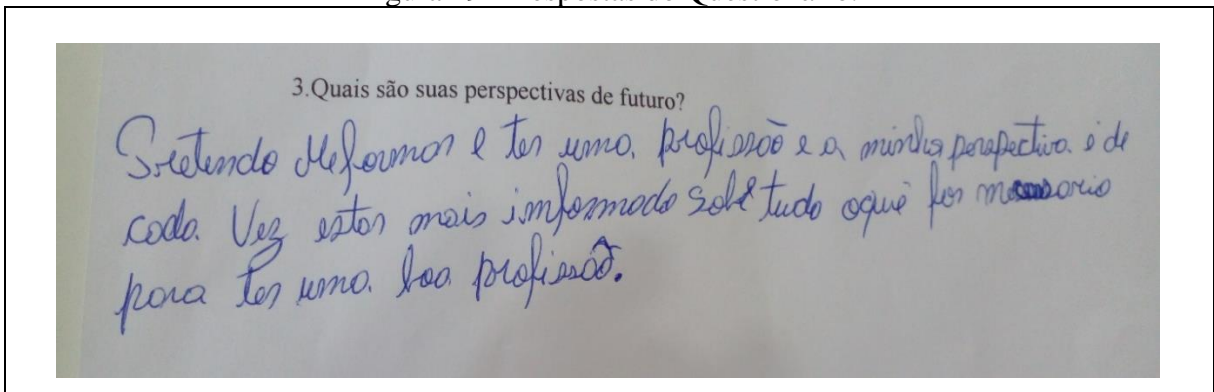
Figura 18 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Neste sentido, é essencial que o processo de construção do conhecimento passe a oportunizar situações das quais os atores sociais se tornem capazes de dialogarem sobre situações reais da sociedade.

Figura 19 - Respostas do Questionário.



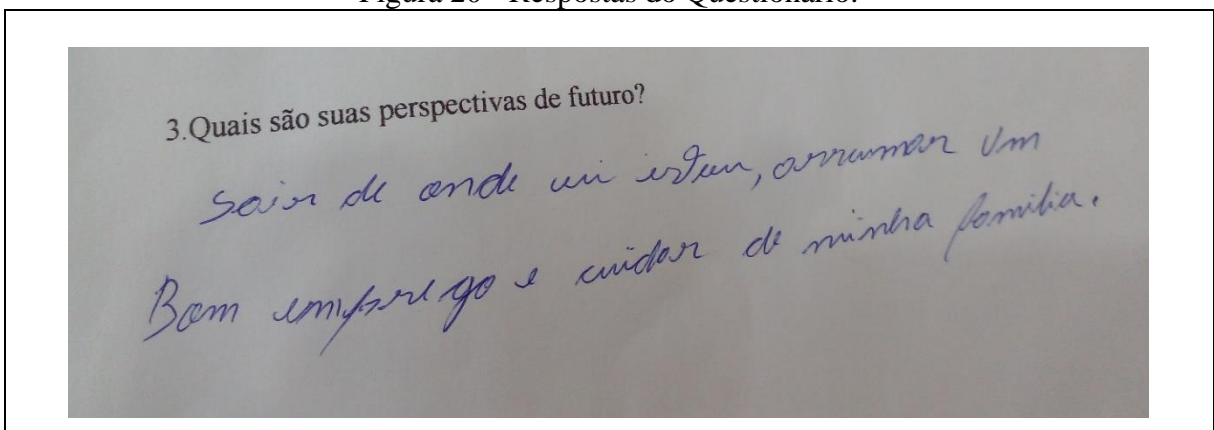
Fonte: Autora (2023)

Os (as) estudantes almejam traçar novos caminhos para o futuro que está voltado para a capacitação profissional, para a conclusão das etapas do ensino fundamental e do ensino médio e a partir dessa constatação posso inferir que apesar desses (as) estudantes estarem em privação de liberdade as perspectivas de um futuro positivo permeia a vida desses estudantes.

Partindo da perspectiva emancipatória de educação se torna de fundamental importância que o trabalho pedagógico dentro do sistema prisional mobilize e incentive o (a) estudante para a interação ativa com várias situações práticas em interdisciplinaridade com as áreas do conhecimento com suas linguagens e com suas tecnologias.

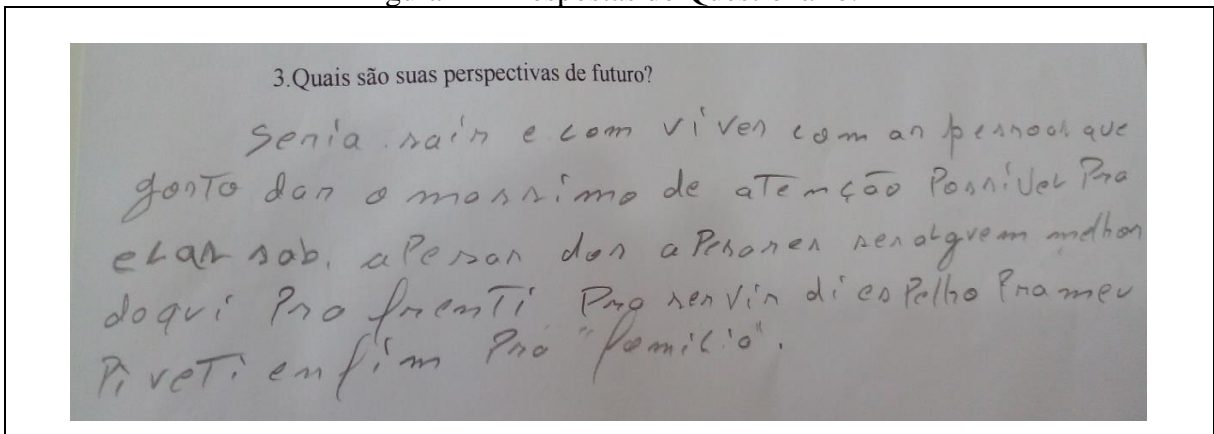
Sendo que essas interações necessitam acontecer em um ambiente educacional baseado humanizado e inclusivo expressado por meio de um trabalho fortemente compartilhado e planejado entre todos os atores sociais que atuam na escola e nos demais setores dentro do sistema prisional.

Figura 20 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Figura 21 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Sobre o futuro os (as) estudantes expressam a vontade de dar mais atenção para a família e também acreditam na possibilidade que a mudança de vida sirva de exemplo para outras pessoas e para as suas famílias.

O educador Paulo Reglus Neves Freire (1987) traz a visão de que por meio da reflexão crítica das questões que se referem ao ser humano ele então passa a assumir o papel de sujeito no mundo, desse modo é importante que o(a) estudante venha a refletir de forma crítica desenvolvendo a consciência frente a si mesmo, ao outro e a sociedade.

Mediante ao conteúdo apresentado pelos (as) estudantes em suas escritas acredito que mesmo dentro do espaço prisional é possível realizar um trabalho pedagógico e social que centralize as práticas pedagógicas e sociais no sujeito estudante da EJA, pois segundo Marc De Maeyer (2013,p.38) “A educação em espaços de privação de liberdade, dirige-se a pessoas, não a detentos.”

Neste sentido, de um modo geral é imprescindível que todas as ações que são realizadas dentro do sistema prisional presentes dentro do espaço prisional sirvam como suporte pedagógico de riquíssima amplitude, pois o trabalho educacional desempenhado dentro desses espaços é de grande relevância para os sujeitos que buscam na educação talvez a única forma de poder ter sua voz ouvida. Deste modo, Marc De Maeyer (2013) afirma que:

Não se trata de ajudar a passar o tempo ou fornecer uma educação pobre às pessoas pobres, mas de propor um quadro da expressão do mal-estar, da incompreensão, dos sentimentos mitigados, misturados, contraditórios. Dar dignidade é dar confiança (MAEYER,2013,p.42).

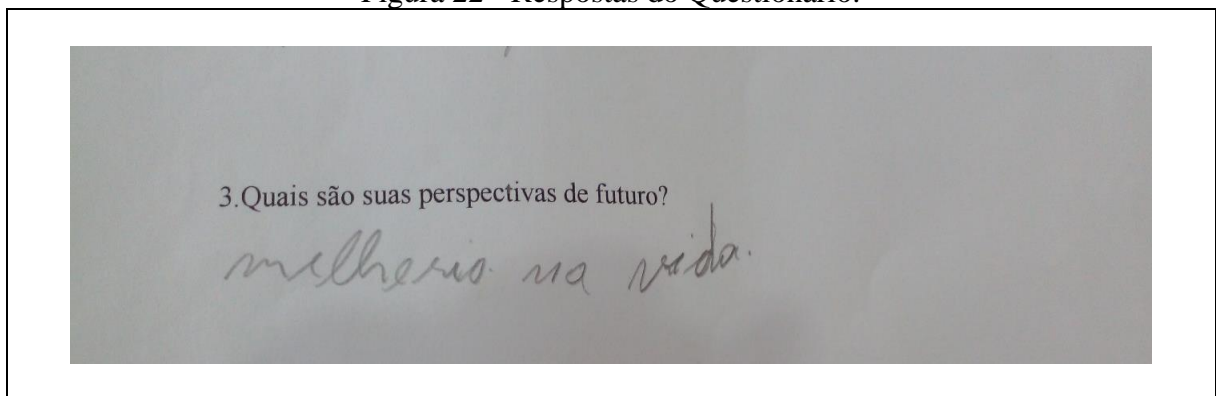
Um dos pontos de maior recorrência observados nas escritas dos (as) estudantes se refere a possibilidade de ter uma formação profissional que contemple as necessidades para a

construção de um projeto de vida que beneficie a si mesmo e a família e neste sentido, o Estado pode contribuir nas formas de validação dessas perceptivas por meio de políticas públicas educacionais por meio de projetos de qualificação profissional dentro do sistema prisional.

Os textos normativos que embasam a educação de jovens e adultos no sistema prisional são de fato conquistas muito importantes, porém, fica claro a inexistência de ações mais coesas no que tange a efetivação e a implementação das políticas públicas educacionais no que se refere a permanência na escola dos sujeitos que estão em privação de liberdade.

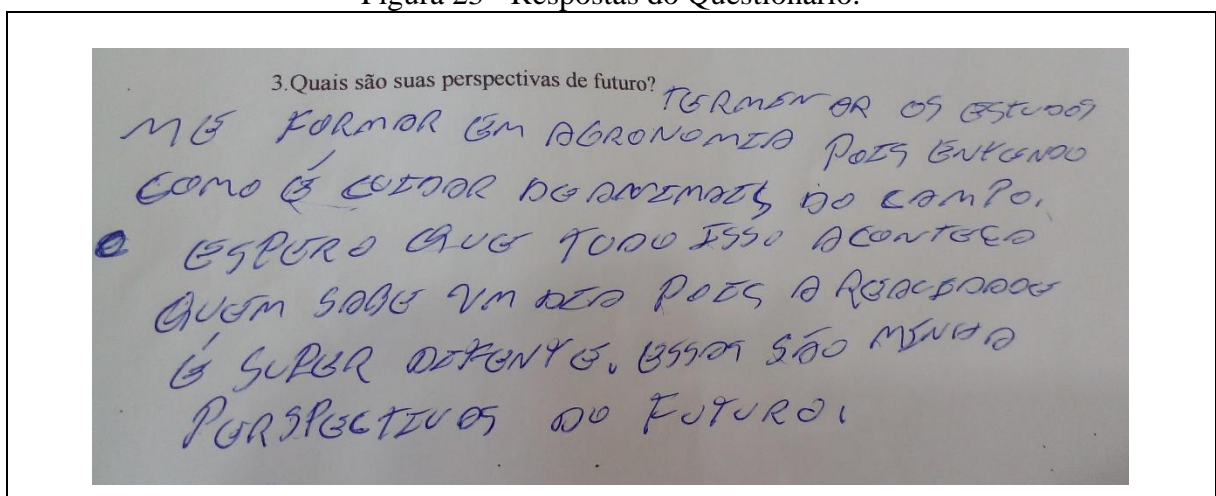
Pelas escritas dos(as) estudantes se observa que de fato o caminho educacional contribui nas visões positivas de um futuro que pode ser construído em conjunto com o Estado e com a sociedade por meio de ações afirmativas que possibilitem a inserção no mercado de trabalho e a formação acadêmica e profissional.

Figura 22 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Figura 23 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Apesar do misto de circunstâncias difíceis que esses sujeitos enfrentam na vida é notório pelas afirmativas que os sonhos e as perceptivas de um projeto de vida estão latentes na vida desses(as) estudantes.

E são a partir dessas perspectivas que a educação necessita se alicerçar servindo de motivação afim de proporcionar práticas e ações que contemplarão as necessidades no âmbito da construção do conhecimento e na formação de sujeito consciente de suas responsabilidades frente a sua realidade.

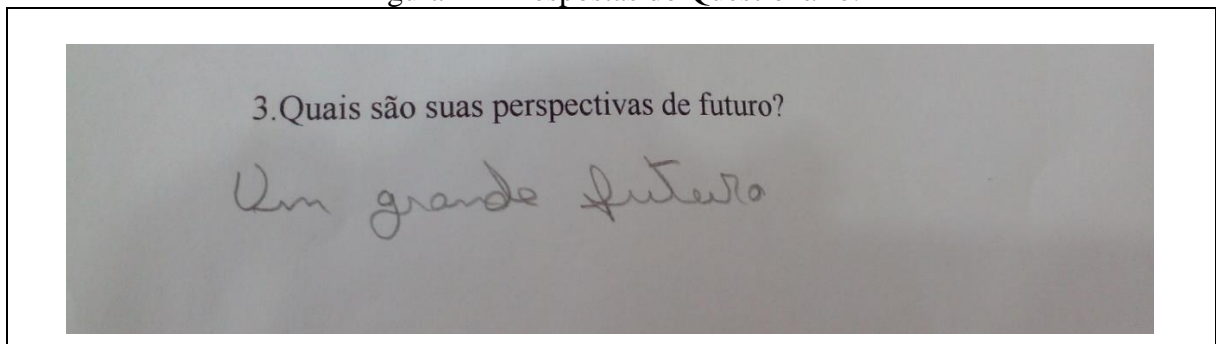
Por esse fator que se faz importante trabalhar na escola dentro do sistema prisional a partir da participação do coletivo dos(as)estudantes, ou seja, construir saberes a partir da coletividade que é formada exclusivamente em grupo e sobretudo por meio das realidades e das necessidades que mesclam e que permeiam a vida desses estudantes.

De acordo com Carlos Brandão e Raine Assumpção (2009):

O reconhecimento dos sujeitos como pessoas humanas e como atores sociais cujos direitos à participação dos processos de decisão sobre as suas vidas, sobre os seus destinos e, mais ainda, sobre os da sociedade em que vivem e da cultura de que são parte e partilham vão muito além do âmbito da aprendizagem institucional (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO,2009,p.92).

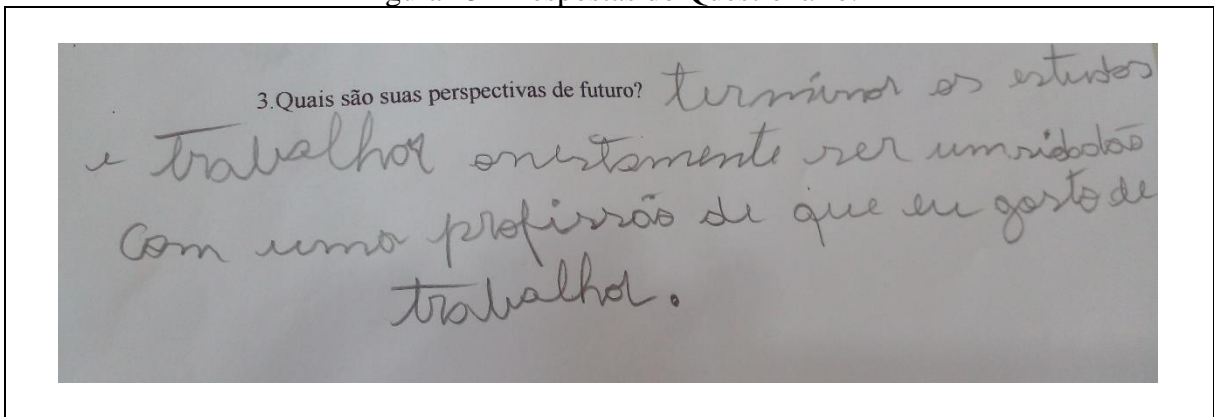
Por esta razão destacada pelos estudiosos é fundamental em âmbito geral que aconteça o respeito pela luta dos (as) estudantes em prol da superação de muitas situações difíceis e conflitantes que acontecem todos os dias nos espaços prisionais e também que o exercício de cidadania por meio da educação realmente aconteça e não fique somente nos textos normativos das nossas legislações.

Figura 24 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

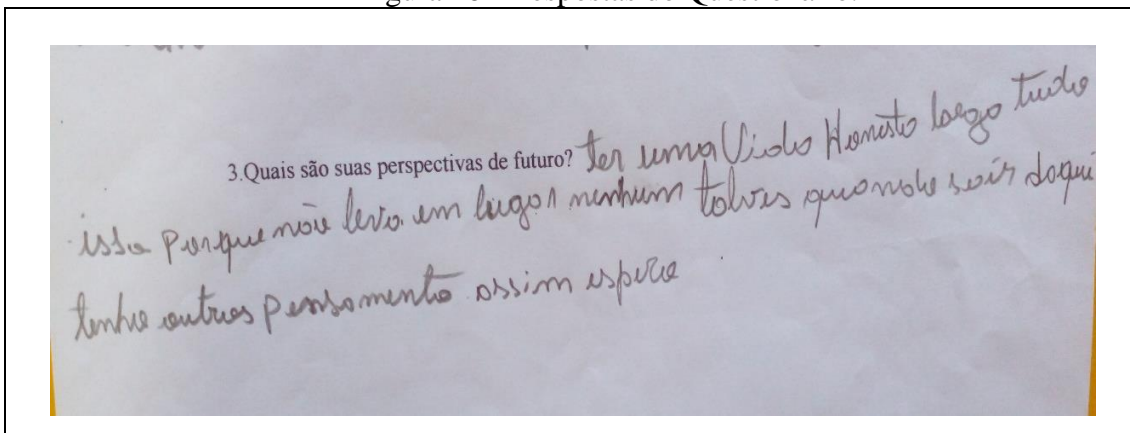
Figura 25 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Por meio dos conhecimentos construídos nesse estudo entendo de que a educação no sistema prisional de um modo geral necessita acontecer de forma conjunta com outras áreas que prestam serviços dentro do sistema prisional como por exemplo, a área da saúde e a área da segurança pública, é importante que essas áreas estejam atuando engajadas em prol da oferta de serviços que proporcionem a garantia dos direitos fundamentais do ser humano.

Figura 26 - Respostas do Questionário.



Fonte: Autora (2023)

Um dos aspectos apresentados pelos (as) estudantes está associado com a vontade de se inserir na sociedade e atuando como sujeito pertencente a ela como um cidadão lutando para se restabelecer no convívio da sociedade extramuros da penitenciária tendo condições socioeconômicas de viver.

Portanto, é necessário preparar os sujeitos para se orientar no mundo, a partir da superação da alienação que sustenta os sistemas e os seres humano, neste sentido, sabemos que a educação não possui a solução para todas as situações e problemas, porém ela contribui para um desenvolvimento mais consciente e crítico do ser humano (ADORNO, 1995).

Acredito que as ações pedagógicas problematizadoras são capazes de promover muitas interações entre os sujeitos no espaço-tempo da sala de aula dentro do espaço prisional bem como nos diálogos que são realizados nesse espaço e que como um processo contínuo pode propiciar um melhor desenvolvimento dos estudantes.

Tomando como referência as escritas dos(as) estudantes é perceptível a vontade e o anseio em buscar por meio da educação melhores oportunidades de crescimento e de desenvolvimento escolar e profissional a fim de poder contribuir na sobrevivência familiar desses sujeitos que estão em privação de liberdade.

Descortinam-se então possibilidades reais da construção de um currículo que considere as histórias de vidas e a necessidade de cada estudante que se está inserido na sala de aula dentro do espaço prisional, ou seja, devemos considerar que o(a) detento(a) é um estudante e por essa questão possui o direito de estudar e de posicionar como cidadão(ã) consciente de seus direitos e deveres.

Deste modo, se tratando dos sujeitos da educação de jovens e adultos é fundamental que o desenvolvimento emocional e afetivo seja potencializado por meio das vivências sociais, das histórias de vidas e das trocas dialógicas, dessa maneira se evidencia uma escola que segundo Elinaldo Fernandes Julião (2011) “[...] privilegie a busca pela formação de um cidadão consciente da sua realidade” (JULIÃO, 2011, p.148).

Considero importante enfatizar que a educação dentro do espaço-tempo no sistema prisional não pode assumir toda a responsabilidade pela trajetória pessoal desse sujeito que se encontra nesse ambiente, nesse sentido afirma Paulo Reglus Neves Freire (1995) que “[...] não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa [...]” (FREIRE, 1995, p.96).

Acredito que a educação ofertada no sistema prisional assume a incumbência de oportunizar situações que considerem os sonhos de um futuro melhor e que levem ao(a) estudante a aprimorar a capacidade reflexiva onde a liberdade de aprender e de construir conhecimento estejam presentes dentro da sala de aula.

Não podemos desconsiderar que esses sujeitos estão na luta pela construção de projeto de vida, ou seja, de uma mudança nos rumos de suas vidas e neste sentido a educação pode atuar como parte fundamental possibilitando o fortalecimento entre grupo e encorajando os sujeitos a prosseguirem na jornada da vida, conforme afirma Paulo Reglus Neves Freire (1987) “A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo” (FREIRE, 1987, p.52).

É encorajador observar que as contribuições dos (as) estudantes estão voltadas para um futuro com esperança por meio da continuidade dos estudos e neste sentido, então é

fundamental que a educação estimule os (as) estudantes a construir conhecimento, a construir novamente a autoconfiança que por inúmeros motivos foi perdida.

Convido para a reflexão sobre as possibilidades em torno da construção conjuntamente com a sociedade, com o Estado e com a escola de uma educação voltada para os sujeitos que por algum motivo se alicerçam nas oportunidades que a educação oferece dentro do sistema prisional aos(as) estudantes que estão nas penitenciárias pelo Brasil ou aos(as) estudantes que estão matriculados no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco no município de São Luiz Gonzaga, no estado do Rio Grande do Sul, no Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga (PSLG).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O indivíduo, de quem o social depende, é o sujeito da História. Sua consciência é a fazedora arbitrária da História. Por isso, quanto melhor a educação trabalhar os indivíduos, quanto melhor fizer seu coração um coração sadio, amoroso, tanto mais o indivíduo, cheio de boniteza, fará o mundo feio virar bonito (FREIRE, 2001, p.15).

Ressalto aqui as palavras de Paulo Reglus Neves Freire (2001), por expressar todo o processo que vivenciei no percurso de minha pesquisa e ao finalizá-la percebo o quanto esta experiência foi valiosa pois, por meio das interações realizadas ao longo do percurso se consolidaram ainda mais os valores do respeito pelo ser humano e também pela educação.

O conteúdo obtido por meio dos questionários apresentados pelos (as) estudantes do Núcleo de Educação e Cultura de Jovens e Adultos Jorge Vicente Pacheco dialogam entre si no sentido da busca desses sujeitos em prosseguir na construção do conhecimento visando o alcance de um futuro com melhores oportunidades.

Também é perceptível a importância bem como a valorização que os(as) estudantes demonstraram em relação a oferta da EJA dentro do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco e no que se refere a esse ponto reforço sobre a necessidade do Estado em suas incumbências e atribuições oportunizar políticas públicas educacionais que viabilizem as mais adequadas formas de melhorias no que tange a oferta da educação dentro do sistema prisional.

A hipótese construída em relação à pesquisa se confirma pois os (as) estudantes que participaram desse estudo acreditam que a educação por meio de suas ações pode contribuir tanto na realidade na qual estão inseridos(as) quanto no futuro.

Tal realidade se alicerça em três pilares: melhorias na qualidade de vida dos sujeitos dentro do ambiente prisional, na construção do conhecimento para a conclusão dos estudos e nas possibilidades no que tange às perspectivas positivas de um futuro com oportunidades tendo a educação como suporte.

É importante esclarecer que as informações apresentadas na pesquisa a respeito da importância da educação para os(as) estudantes que estão em situação de privação de liberdade não corresponde ao total de estudantes dessa instituição educacional.

Essas informações correspondem ao número de sujeitos que participaram da pesquisa que estão inscritos na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco.

Logo, frente a tais considerações e remetendo ao objetivo central deste estudo é possível concluir que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) contribui na realidade dos (as) estudantes que participaram da pesquisa no sentido de oportunizar mecanismos pedagógicos a fim de que seja possível acontecer a construção do conhecimento e de saberes que auxiliarão esses sujeitos tanto na realidade na qual fazem parte como na vida após a saída do sistema prisional.

Mediante o conteúdo observado nas escritas é perceptível que os (as) estudantes apresentam conhecimento acerca da realidade na qual terão que enfrentar ao sair do sistema prisional, ou seja, uma realidade com preconceitos e resistências por parte da sociedade no que tange a inclusão desses sujeitos ao convívio extramuros dos presídios.

Ademais, o ensino no qual estão construindo tem contribuído na vida desses(as) estudantes de várias formas tanto nos aspectos cognitivos, ou seja, na aprendizagem e na conclusão das etapas básicas da educação quanto nos aspectos psicológicos no que tange às transformações ocorridas no modo de ser, pensar e agir.

Quanto às perspectivas de futuro elencadas pelos(as) estudantes no que se refere aos projetos de vida eles(as) apontam para a construção de futuro com possibilidades positivas ancoradas na qualificação profissional, na continuidade dos estudos e no convívio ativamente em sociedade e mais especificamente com a família.

Importa destacar que esta pesquisa foi fundamentada no tema referente a Educação de Jovens e Adultos dentro do sistema prisional no Núcleo de Educação e Cultura de Jovens e Adultos Jorge Vicente Pacheco no município de São Luiz Gonzaga tendo como ênfase a valorização dos(as) estudantes como centro do processo educativo.

Essa pesquisa nem tão pouco teve o intuito de colocar em evidência os desafios que esses(as) estudantes enfrentam ao fato de estarem em situação de privação de liberdade, mas sim promover um trabalho que permitisse uma reflexão em torno das vozes apresentadas pelos sujeitos do Núcleo de Educação e Cultura de Jovens e Adultos Jorge Vicente Pacheco.

Dentro da realidade vivenciada no sistema prisional, a educação busca seu espaço em uma luta constante a cada dia em prol da valorização dos (as) estudantes que estão inseridos na escola neste sentido, é fundamental considerar que esses sujeitos possuem perspectivas e projetos de vidas que pretendem seguir quando saírem do sistema prisional.

É possível por meio do acesso possibilidades socioeducativas oportunizadas pelo Núcleo de Educação e Cultura de Jovens e Adultos Jorge Vicente Pacheco no município de São Luiz Gonzaga que os(as) estudantes tenham contato com as vivências de aprendizagens e assim conhecer o mundo sob o olhar da educação e dessa forma partir para os diálogos, reflexões e ações pertinentes que servirão de alicerce para as transformações necessárias na vida.

Ao término deste estudo cabe ressaltar que esta pesquisa aponta para outras inquietações em relação às questões referentes ao currículo escolar dentro das escolas no sistema prisional, no qual pretendo dar continuidade em pesquisas futuras, tais questões interligadas a formação de professores: Como são realizados os planejamentos pedagógicos na escola dentro do sistema prisional? Como acontecem as formações pedagógicas continuadas para os (as) professores(as) que atuam na educação dentro do sistema prisional?

Apresento o excerto de uma canção intitulada “Cativeiros” de composição e de interpretação de Antonio Gringo (2015) que nos convida a realizarmos uma reflexão muito importante acerca da temática apresentada neste trabalho de conclusão de curso:

[...]

Quero ver pássaros e homens livremente
Romper na vida toda forma de prisão
Que só o amor e liberdade nos cativem
Aprisionando-se em cada coração.

[...]

Não tem preço, a liberdade não tem dono
Só quem é livre sente prazer em cantar
Se um passarinho canta mais quando está preso
É no desejo de um espaço pra voar.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. *In*: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BELEZA, Janderlane Oliveira; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite. Contexto Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades**, Amazonas: Revista Ensino de Ciências e Humanidades, ed. 4, ano 2020, n. 2, p. 107-126, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/7958>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane . **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora . São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p.Disponível em: Acesso em: 16 abr.2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo:Cortez,1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Cerca de 98 mil presos e jovens do socioeducativo farão o Enceja PPL**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/enceja-ppl>.Acesso em: 22 fev.2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. - Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 531 p. Atualizada até a EC nº. 101/2019.Texto constitucional originalmente publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988. As normas aqui apresentadas não substituem as publicações do Diário Oficial da União. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos e Estabelecimentos Penais. *In*: **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasil Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf>.Acesso em: 12 abr.2023.
- BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**.2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf.Acesso em: 30 abr.2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011.** Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Planalto Federal, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm. Acesso em: 07 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Encceja.** 2023. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/encceja>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação-Secretaria da Educação. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 abr.2023.

BRASIL. **Lei nº 12.433, de 29 de Junho de 2011.** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm. Acesso em: 20 abr.2023.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria da Educação. Lei no 9.394/1996 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 59 p. Conteúdo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961.

BRASIL. Lei de Execução Penal (1984). **Lei de Execução Penal:** Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal, – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p. (Série Legislação; n. 11). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/. Acesso em: 15 mar.2023.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE). **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 19 abr 2023.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1999.

FARIAS, Creuzinete Miranda. A importância da escola EJA nos presídios. **Brazilian Journal of Development,** Curitiba, v. 7, n. 2, p. 13775-13780, 8 fev. 2021 2525-8761. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-139>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/243851>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FRANÇA, Rosângela de Fátima Cavalcante; FÉLIX, Atalia Serra; FEITOSA, Débora Ferreira da Silva. A EJA e as dificuldades de aprendizagem dos alunos: Implicações encontradas no sistema prisional. **Revista Humanidades e Inovação,** São Paulo, ed. 15, ano 2020, n. 7, p. 384-392, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2965/1840>. Acesso em: 20 mar. 2023. VER MESTRADO

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler:** em três artigos que se complementam. 49. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 60 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf . Acesso em: 26 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido / Paulo Freire. – Notas: Ana Maria Araújo Freire Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: [https://piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/10.-Pedagogia-da-Esperana-compressed\[11749\].pdf](https://piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/uploadAddress/10.-Pedagogia-da-Esperana-compressed[11749].pdf). Acesso em: 09 mar.2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17^a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 10 mar.2023.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação:** ensaios / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23). Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf Acesso em: 16 maio.2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Cammarosano. Desafios da Educação Popular em Contextos de Privação de Liberdade. **Eccos Revista Científica**, São Paulo: Eccos Revista Científica, n. 52, p. 1-19, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n52.17100>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GRINGO, Antonio. **Cativeiros.** Composição e interpretação de Antonio Gringo, 2015. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/antonio-gringo/580945/>. Acesso em: 26 jul.2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação. **Áreas de Atuação, avaliação e exames educacionais - Enem PPL.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/enem-ppl>. Acesso em: 11 mar.2023.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de Jovens e Adultos.** 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro.** 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/espen/Aressocializaopormeiodoestudoedotrabalhonosistemapenitenciariobrasileiro.pdf>. Acesso em 25 mar.2023.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão?. **Caderno Cedes**, Campinas: Caderno Cedes, ed. 36, ano 2016, n. 98, p. 25-42. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2023.

KANAAN, Danielle Pereira Gomes; SOUZA, Roberto Martins de; PELISSARI, Lucas Barbosa. A Educação como instrumento emancipatório no sistema prisional. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Paranaguá: Revista Mundi Sociais e Humanidades, ed. 5, ano 2020, n. 3, p. 1-22, 10 ago. 2020. Disponível em: [https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=viewFile&path\[\]=1466&path\[\]=702](https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=viewFile&path[]=1466&path[]=702). Acesso em: 13 fev. 2023.

LESSA, Sérgio. Da contestação à rendição . *In*: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana (org.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 29-50.

MAEYER, De Marc. A Educação na Prisão não é uma Mera Atividade. **Caderno Educação & Realidade**. Porto Alegre. v. 38, n. 1, p. 33-49. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dh4zJZ6tdWTRQmMRGDY3SvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 fev.2023.

MAEYER, De Marc. Aprender e Desaprender. *In*: Organização das Nações Unidas para a Educação , a Ciência e a Cultura. **Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras**. Brasília : UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.p. 43-57. Disponível em:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/educando_liberdade_unesco.pdf Acesso em: 25 fev.2023.

MENEZES, Reinaldo Oliveira; SILVA, Joana D'Arc Oris da. Educação Escolar no Sistema Prisional Contemporâneo. **APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação** , Vitória da Conquista: APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação , ed. 23, ano 2022, n. 16, p. 123-133, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/11543>. Acesso em: 15 fev. 2023.

NUNES, Marcos Teles; BALADEL, Ana Paula Domingos. **A Educação de Jovens e Adultos: de Paulo Freire às metas do PNE**. Pesquisa em Foco, São Luís: Pesquisa em Foco, ed. 22, ano 2017, n. 2, p. 81-99, 1 jul. 2017. Disponível em: https://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/1499. Acesso em: 30 mar. 2023.

OLIVEIRA, Adão de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George (Org.). **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás,GO: Editora da Pontifícia Universidade Católica,2010.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. 2010. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>.Acesso em: 14 mar. 2023.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado Teórico-Conceitual sobre a pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas e características.** Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/339156/mod_resource/content/1/PesquisaQualitativa.pdf. Acesso em: 15 mar.2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **A educação escolar entre as grades [online].** São Carlos: EdUFSCar, 2007, 160 p. ISBN: 978-85-7600-368-7. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vk5yj/pdf/onofre-9788576003687.pdf> . Acesso em: 27 fev.2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade. **Caderno Cedes**, Campinas: Caderno Cedes, ed. 35, ano 2015, n. 94, p. 239-255. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QwFbptcpDjjhKkgjgZNC3r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PADILHA, Carine Fernandes. **Educação em contexto de privação de liberdade e a formação docente: um debate necessário.** 2022. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tramandaí, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/253174/001155096.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 fev. 2023.

POTULSKI, Alice Salete. A EJA como proposito ressocializador no sistema prisional. **Analecta**, Paraná: Universidade Estadual do Centro - Oeste do Paraná, Unicentro, ano 2020, p. 1-24, 2020. Disponível em: https://sguweb.unicentro.br/app/webroot/arquivos/atsubmissao/A_EJA_COMO_PROP_SITO_RESOCIALIZADOR_NO_SISTEMA_PRISIONAL_1.pdf . Acesso em: 10 fev. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Estadual de Educação.** Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e Comissão de Ensino Fundamental. Parecer nº 1.491/2002 Processo SE nº 109.857/19.00/02.6. Credencia o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco, nas dependências da Penitenciária Estadual, em São Luiz Gonzaga, para a oferta de exames supletivos do ensino fundamental e ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/parecer-n-1491-2002>. Acesso em: 14 mar.2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Estadual de Educação.** Institui as normas complementares para a Modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos, no Sistema Estadual de Ensino do RS. Resolução nº 376, de 21 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/resolucao-0375-2023-649b1fa2addfd>. Acesso em: 16 jul.2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional - 2021 - 2024**, Secretaria de Educação . Porto Alegre. p. 1-27, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/plano-estadual-de-educacao-para-pessoas-presas-e-egressas-do-sistema-prisional-e-assinado>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo.**

Superintendência dos Serviços. Ano letivo recomeça para três mil alunos no sistema prisional gaúcho. Texto: Rodrigo Borba. 2023. Disponível em:

Penitenciários http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=7208&cod_menu=4 . Acesso em: 16 jul.2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA . **Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras.** Brasília : UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006. 70p.Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/educando_liberdade_unesco.pdf Acesso em: 25 fev.2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação de Adultos Declaração de Hamburgo Agenda para o futuro. V Conferência Internacional de Educação de Adultos CONFINTEA V.** UNESCO Brasília Office Representação da UNESCO no Brasil - Alemanha: UNESCO.1997. 23p.Tradução: Carlos Humberto Spezia. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114>. Acesso em: 28 fev.2023.

XAVIER, Cristiane Fernanda. História e Historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Integibilidades, Apagamentos, Necessidades, Possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação, Minas Gerais:** Revista Brasileira de História da Educação, ed. 19, ano 2019, n. 19, p. 1-24, 16 abr. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/mZx7pP7TQFrm7vf63TJgkmr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado (a): Esta pesquisa intitulada, “A Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional de São Luiz Gonzaga – Rio Grande do Sul”, será desenvolvida por meio da aplicação de questionário impresso com questões abertas.

Estas informações estão sendo fornecidas para subsidiar sua participação voluntária neste estudo que visa ser ferramenta para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - São Luiz Gonzaga. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao (a) investigador (a) para esclarecimento de eventuais dúvidas pelo Contato: Sinara Cristiane da Silva Urach, endereço eletrônico: sinara-urach@uergs.edu.br ; Rita Basso Soares Severo (orientadora da pesquisa) ritasevero@uergs.edu.br

É garantida aos sujeitos de pesquisa a liberdade da retirada de consentimento e o abandono do estudo a qualquer momento. As informações obtidas serão analisadas entre a pesquisadora e a professora orientadora da pesquisa. Fica assegurado, também, o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa, assim que esses resultados chegarem ao conhecimento da pesquisadora. Não há despesas pessoais para o(a) participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Comprometo-me, como pesquisadora principal, a utilizar os dados e o material coletados somente para esta pesquisa.

Pesquisadora:

Instituição de Ensino:

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa de graduação intitulada “A Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional de São Luiz Gonzaga – Rio Grande do Sul”. Conduzida pela pesquisadora responsável Sinara Cristiane da Silva Urach, que pode ser contatada no e-mail: sinara-urach@uergs.edu.br

A realização da coleta de dados acontecerá por meio de um questionário impresso com questões estruturadas onde esse tipo de coleta de dados apresenta um conjunto de questões, em que o (a) pesquisador (a) administrará a cada sujeito na mesma sequência e usando as mesmas palavras. A pesquisa tem como objetivo geral compreender como a educação ofertada no sistema prisional no município de São Luiz Gonzaga pode contribuir na realidade dos (as) estudantes que estão privados de liberdade.

E como objetivos específicos traçar paralelo histórico referente a evolução da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e sobre as legislações educacionais que fundamentam essa modalidade no sistema prisional, construir conhecimento acerca da organização da escola no sistema prisional de Educação de Jovens e Adultos no município de São Luiz Gonzaga e realizar análise das contribuições escritas que os (as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos que estão no sistema prisional tem a respeito da educação.

A sua participação não é obrigatória. Os riscos deste procedimento serão mínimos por envolver como instrumento de pesquisa para a coleta dos dados o uso de questionário impresso. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão a sua contribuição com a formação acadêmica da pesquisadora e para o compartilhamento e a socialização dos resultados da pesquisa com a comunidade acadêmica e com a sociedade.

Por se tratar do ambiente da pesquisa ser no sistema prisional a pesquisadora não terá acesso e interação de forma presencial com os sujeitos da pesquisa por esse fator a pessoa que realizará essa interação e a aplicação dos questionários será a diretora do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco , no município de São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul.

As pessoas que estarão acompanhando o desenvolvimento metodológico da pesquisa serão as pesquisadoras Sinara Cristiane da Silva Urach, acadêmica do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs, Unidade

São Luiz Gonzaga e a professora orientadora da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso Professora Dr^a. Rita Cristine Basso Soares Severo.

Solicitamos a sua autorização para usar suas informações na produção de artigos científicos, aos quais você poderá ter acesso. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do (a) pesquisador(a), em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos. Este termo de consentimento livre e esclarecido possui duas páginas e é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do(a) pesquisador(a) e outra com o(a) participante da pesquisa.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs (CEP-Uergs). Formado por um grupo de especialistas, tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para que sejam seguidos os padrões éticos na realização de pesquisas: Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs – CEP (Uergs) - Rua Washington Luiz, 675 Centro Histórico. Porto Alegre - RS - 90010-460 - E-mail: cep@uergs.edu.br e <https://www.uergs.edu.br/fale-conosco>

Nome do (a) participante:

Assinatura do (a) participante da pesquisa:

Nome do (a) pesquisador (a):

Assinatura do (a) pesquisador(a):

APÊNDICE C

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)

Eu, Sinara Cristiane da Silva Urach, acadêmica da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, do curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, do departamento de Ciências Humanas da Unidade Universitária em São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul, no âmbito da pesquisa intitulada “ A Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional de São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul”, comprometo-me com a utilização dos dados contidos nos meus registros de pesquisa.

Esclareço que os dados a serem coletados se referem ao instrumento de pesquisa por meio da coleta das informações e o uso de questionário impresso.

Declaro entender que é minha a responsabilidade de cuidar da integridade das informações e de garantir a confidencialidade das informações e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas.

Também é minha a responsabilidade de não repassar as informações coletadas ou o banco de informações em sua íntegra, ou parte dela, às pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Por fim, comprometo-me com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa. Quaisquer outras informações podem ser obtidas pelo endereço eletrônico: sinara-urach@uergs.edu.br (Pesquisadora e acadêmica Sinara Cristiane da Silva Urach) e rita-severo@uergs.edu.br (Prof.^a Dr.^a Rita Cristine Basso Soares Severo Professora Adjunta do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul).

São Luiz Gonzaga, 05 de abril de 2023.

Sinara Cristiane da Silva Urach
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE D



Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM SÃO LUIZ GONZAGA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: LICENCIATURA

Este questionário destina-se à realização da Pesquisa intitulada “A Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional de São Luiz Gonzaga – Rio Grande do Sul”. A sua participação não é obrigatória.

Questionário:

1. Na sua opinião como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode contribuir na melhoria de sua realidade ou no seu futuro?

2. O ensino o qual você está recebendo, tem lhe ajudado de alguma forma?

3. Quais são suas perspectivas de futuro?